PERÍODO MANHÃ

QUESTÃO COMUM AOS CARGOS DE: DIRETOR DE ESCOLA, MÉDICO PSF/SAD 40H E SUPERVISOR DE ENSINO

LÍNGUA PORTUGUESA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

1 - Assinale a frase que contém uma palavra escrita de forma INCORRETA, com base nas normas de ortografia vigentes: (SENADO FEDERAL. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 2ª ed., 2014)

(A) A FEIÚRA não é uma constatação objetiva.

(B) O MICRO-ONDAS revelou-se um eletrodoméstico essencial.

(C) Os sábios VEEM de longe os problemas.

(D) Um HERÓI se idealiza por princípios e ações.

INSCRIÇÕES	200803778; 200803872.
RECORRENTES	KARINA DE ROSSI LEOCADIO PEREIRA; TATHIANE CASTRO STEFANI DE PAULA CARVALHO.
SOLICITAÇÕES	A questão pede a alternativa com erro ortográfico, e o gabarito preliminar indica a alternativa (A). Contudo, a palavra "FEIÚRA" está corretamente grafada, conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2014). Já a alternativa (C) apresenta erro, pois o verbo "ver" na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo deve ser escrito "veem", sem acento, conforme o Acordo Ortográfico de 1990. Dessa forma, solicito a alteração do gabarito, reconhecendo a alternativa (C) como correta, ou a anulação da questão por inconsistência.
	Acontece que a alternativa letra D apresenta a expressão "pés de moleque" sem o uso do hífen apresenta erro. No entanto, de acordo com a norma ortográfica do idioma português, a grafia correta da expressão é "pé-de-moleque", com hífen, uma vez que se trata de um substantivo composto por justaposição, em que o segundo termo (moleque) é flexionado no plural, e o primeiro (pé) permanece invariável. Conforme estabelece o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2009), a utilização do hífen em palavras compostas é obrigatória em expressões como "pé-de-moleque", com o objetivo de evitar ambiguidade e garantir a clareza na escrita. A omissão do hífen configura um erro gramatical. Considerando que este concurso se trata de um processo de grau elevado, onde a precisão e a aderência às normas linguísticas são fundamentais, a presença de erros como esse compromete exponencialmente a avaliação dos candidatos, uma vez que pode gerar insegurança quanto à validade de outros itens. Tais falhas, além de prejudicarem a credibilidade do exame, acabam por impactar negativamente os candidatos que buscam garantir um desempenho de acordo com as exigências do concurso. Diante do exposto, solicito que seja ANULADA a questão, pois esse tipo de erro em uma avaliação desse porte não pode ocorrer.
ANÁLISE	De acordo com a fonte referencial indicada no enunciado da questão a resposta dada pelo gabarito está correta, pois “feiura” não tem acento, estando incorreta a alternativa (A).
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

QUESTÕES COMUNS AOS CARGOS DE: DIRETOR DE ESCOLA E SUPERVISOR DE ENSINO

LÍNGUA PORTUGUESA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

8 - Assinale a alternativa em que o plural dos substantivos compostos está INCORRETO: (https://www.portugues.com.br/gramatica/o-plural-dos-substantivos-compostos.html)

(A) Existem várias espécies de COUVE-FLOR.

(B) Os SALÁRIOS-FAMÍLIA já foram pagos aos funcionários.

(C) Os GUARDA-FLORESTAIS receberam uma denúncia sobre a caça ilegal de pássaros raros.

(D) Domênica comprou muitos PÉS DE MOLEQUE na festa junina.	
INSCRIÇÕES	200805313; 200803872.
RECORRENTES	DANIELLE KALINE RICARDO; TATHIANE CASTRO STEFANI DE PAULA CARVALHO.
SOLICITAÇÕES	A questão número 8 a alternativa que contempla o enunciado é couve-flor. A única que não está no plural corretamente segundo a língua portuguesa. O correto seria couves-flores, composta de dois substantivos. Fonte : https://www.dicio.com.br/couve-flor-couve-flor-ou-couveflor
	Acontece que a alternativa letra D apresenta a expressão "pés de moleque" sem o uso do hífen apresenta erro. No entanto, de acordo com a norma ortográfica do idioma português, a grafia correta da expressão é "pé-de-moleque", com hífen, uma vez que se trata de um substantivo composto por justaposição, em que o segundo termo (moleque) é flexionado no plural, e o primeiro (pé) permanece invariável. Conforme estabelece o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2009), a utilização do hífen em palavras compostas é obrigatória em expressões como "pé-de-moleque", com o objetivo de evitar ambiguidade e garantir a clareza na escrita. A omissão do hífen configura um erro gramatical. Considerando que este concurso se trata de um processo de grau elevado, onde a precisão e a aderência às normas linguísticas são fundamentais, a presença de erros como esse compromete exponencialmente a avaliação dos candidatos, uma vez que pode gerar insegurança quanto à validade de outros itens. Tais falhas, além de prejudicarem a credibilidade do exame, acabam por impactar negativamente os candidatos que buscam garantir um desempenho de acordo com as exigências do concurso. Diante do exposto, solicito que seja ANULADA a questão, pois esse tipo de erro em uma avaliação desse porte não pode ocorrer.
ANÁLISE	Na expressão "couve-flor," "flor" funciona como uma parte fixa da composição e a palavra "couve-flor" é tratada como uma unidade semântica. Então, mesmo que "flor" seja um substantivo, na construção "couve-flor", o termo composto permanece invariável no plural, porque é o primeiro elemento da expressão (couve) que determina o plural. Já a palavra "pé de moleque" é um substantivo composto, onde "pé" é o substantivo principal e "de moleque" é um especificador. O Acordo Ortográfico de 1990 determinou que substantivos compostos com elementos de ligação, como a palavra "de", são escritos sem hífen. O plural de "pé de moleque" é "pés de moleque", pois somente "pé" vai para o plural. Neste sentido os recursos serão indeferidos.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

LEGISLAÇÃO DO ENSINO	
11 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo assegurado: **1 - Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência.** **2 - Gratuidade nos transportes coletivos urbanos públicos e privados quando em deslocamento para a escola.** **3 - Garantia de vagas no mesmo estabelecimento de ensino público aos irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.** **(Lei Federal nº 8.069/1990, art. 53)** **De acordo com a norma referida estão corretos os itens:** **(A)** 1 e 2, apenas. **(B)** 1 e 3, apenas. **(C)** 2 e 3, apenas. **(D)** 1, 2 e 3.	
INSCRIÇÃO	200803778
RECORRENTE	KARINA DE ROSSI LEOCADIO PEREIRA
SOLICITAÇÃO	O gabarito preliminar indica a alternativa (B) como correta. No entanto, a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em seu artigo 53, assegura três direitos fundamentais à educação:

	Acesso à escola pública e gratuita, próxima da residência; Gratuidade no transporte público e privado para deslocamento à escola; Garantia de vagas para irmãos no mesmo estabelecimento de ensino. Todos os itens listados na questão estão previstos expressamente na legislação mencionada. Dessa forma, a alternativa (C), que inclui os itens 1 e 3, está correta, enquanto a alternativa (B) exclui indevidamente um direito garantido por lei. Diante disso, solicito a alteração do gabarito, reconhecendo a alternativa (C) como correta, ou a anulação da questão por inconsistência.
ANÁLISE	Não procede a alegação, o item 2 - Gratuidade nos transportes coletivos urbanos públicos e privados quando em deslocamento para a escola – não é contemplado na legislação de referência. O que se prevê são programas suplementares, mas não com relação nos transportes privados.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

13 - No âmbito do Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (art. 3º, VIII) é o símbolo atribuído ao conjunto de classes equivalentes quanto ao grau de dificuldade, complexidade e responsabilidade, visando determinar a faixa salarial a elas correspondente:

(A) Classe

(B) Nível

(C) Interstício

(D) Referência

INSCRIÇÃO	200803778
RECORRENTE	KARINA DE ROSSI LEOCADIO PEREIRA
SOLICITAÇÃO	O gabarito indica a alternativa (B) "Nível" como correta. No entanto, conforme o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, a definição correta para um conjunto de classes equivalentes é "Classe" e não "Nível". "Classe" agrupa cargos de mesma complexidade e responsabilidade. "Nível" refere-se ao avanço dentro da mesma classe. A questão apresenta inconsistências conceituais, tornando impossível determinar uma única resposta correta. Dessa forma, solicito sua anulação por falta de precisão técnica.
ANÁLISE	Conforme a legislação referida: VIII - Nível – é o símbolo atribuído ao conjunto de classes equivalentes quanto ao grau de dificuldade, complexidade e responsabilidade, visando determinar a faixa salarial a elas correspondente;
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

23 - As escolas deverão formular o PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO e elaborar o REGIMENTO ESCOLAR de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática. Neste sentido, analise as seguintes disposições:

1 - O regimento escolar deve assegurar as condições institucionais adequadas para a execução do projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social, igualmente garantida a ampla participação da comunidade escolar na sua elaboração.

2 - Na implementação do regimento escolar, o cuidar e o educar, indissociáveis funções da escola, resultarão em ações integradas que buscam articular-se, pedagogicamente, no interior da própria instituição, e também externamente, com os serviços de apoio aos sistemas educacionais e com as políticas de outras áreas, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões.

3 - O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.

(Resolução CNE/CEB nº 7/2010, art. 20-23)

De acordo com a norma referida estão corretos os itens:

(A) 1 e 2, apenas.

(B) 1 e 3, apenas.

(C) 2 e 3, apenas.

(D) 1, 2 e 3.

INSCRIÇÃO	200806174
RECORRENTE	MIRIAM CRISTINA GENERICH CAETANO
SOLICITAÇÃO	Questão 23: As escolas deverão formular o PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO e elaborar o REGIMENTO ESCOLAR de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática. Neste sentido, analise as seguintes disposições: 1. O regimento escolar deve assegurar as condições institucionais adequadas para a execução do projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social, igualmente garantida a ampla participação da comunidade escolar na sua elaboração. 2. Na implementação do regimento escolar, o cuidar e o educar, indissociáveis funções da escola, resultarão em ações integradas que buscam articular-se, pedagogicamente, no interior da própria instituição, e também externamente, com os serviços de apoio aos sistemas educacionais e com as políticas de outras áreas, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões. 3. O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino. De acordo com a norma referida estão corretos os itens: (A) 1 e 2, apenas. (B) 1 e 3, apenas. (C) 2 e 3, apenas. (D) 1, 2 e 3. Argumentação: A Resolução CNE/CEB nº 7/2010, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, estabelece que: 1. O regimento escolar deve assegurar as condições institucionais adequadas para a execução do projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social, garantindo a ampla participação da comunidade escolar na sua elaboração. 2. Na implementação do regimento escolar, o cuidar e o educar, indissociáveis funções da escola, devem resultar em ações integradas que busquem articular-se, pedagogicamente, no interior da própria instituição e externamente, com os serviços de apoio aos sistemas educacionais e com as políticas de outras áreas, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões. 3. O projeto político-pedagógico da escola deve traduzir a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino. Dessa forma, todas as disposições apresentadas na questão 23 estão corretas e são complementares entre si, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CEB nº 7/2010. Portanto, a alternativa correta deveria ser a letra (D) 1, 2 e 3. Conclusão: Solicito, portanto, a revisão do gabarito da questão 23, considerando a alternativa (D) como correta, em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 7/2010. Agradeço pela atenção e aguardo deferimento. Atenciosamente,
ANÁLISE	De acordo com a norma referida no enunciado da questão, a resposta dada pelo gabarito está correta. No item 2 a assertiva se refere ao projeto político-pedagógico, e não ao regimento escolar, por isso está incorreta.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

29 -	**Esta DIMENSÃO DA PARTICIPAÇÃO se refere-se ao sentido do poder das pessoas de construírem a sua história e a história das organizações de que fazem parte, para torná-las mais significantes e produtivas; implica a vivência da democracia e a substituição do poder "sobre" pelo poder "com":** **(LUCK, H. A gestão participativa na escola. Vozes, 11ª ed., pág. 65-67)** **(A)** Dimensão social **(B)** Dimensão política **(C)** Dimensão ética **(D)** Dimensão antropológica
INSCRIÇÃO	200803778
RECORRENTE	KARINA DE ROSSI LEOCADIO PEREIRA
SOLICITAÇÃO	O gabarito indica a alternativa (B) "Dimensão política" como correta. No entanto, ao analisar a obra citada (LUCK, H. A gestão participativa na escola, 11ª ed., págs. 65-67), verifica-se que a participação envolve múltiplas dimensões interligadas, incluindo as sociais, políticas, éticas e antropológicas, conforme a autora discute. A questão apresenta um enunciado que permite interpretações variadas, uma vez que a substituição do poder "sobre" pelo poder "com" envolve não apenas a dimensão política, mas também aspectos éticos e sociais da gestão democrática. Assim, a formulação da questão induz a ambiguidades, impossibilitando a definição de uma única resposta correta com base exclusiva na obra citada. Diante disso, solicito a anulação da questão por imprecisão conceitual e possibilidade de múltiplas respostas corretas.
ANÁLISE	De acordo com a norma referida no enunciado da questão, a resposta dada pelo gabarito está correta.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADVOGADO

7 -	**Considere a seguinte situação hipotética:** ***Determinado servidor público requereu à Autoridade Competente licença para tratar de interesses particulares, nos termos do art. 120 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Cruz do Rio Pardo e teve seu pedido negado sob o argumento de ausência de interesse público.*** **Assim, o prazo para pleitear na esfera administrativa a reconsideração da decisão que negou a licença para tratar de interesses particulares é de:** **(FONTE: Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Cruz do Rio Pardo e alterações, art. 140)** **(A)** 30 dias. **(B)** 60 dias. **(C)** 120 dias. **(D)** 150 dias.
INSCRIÇÃO	200803785
RECORRENTE	DANIEL CASTALDELLI SOARES
SOLICITAÇÃO	A questão n° 7, enuncia: "Considere a seguinte situação hipotética: Determinado servidor público requereu à Autoridade Competente licença para tratar de interesses particulares, nos termos do art. 120 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Cruz do Rio Pardo e teve seu pedido negado sob o argumento de ausência de interesse público. Assim, o prazo para pleitear na esfera administrativa a reconsideração da decisão que negou a licença para tratar de interesses particulares é de: (FONTE: Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Cruz do Rio Pardo e alterações, art. 140)". Desta forma, o gabarito determina que a alternativa correta é a letra "C" (120 dias). Todavia, a respectiva resposta não merece prosperar.

	O art. 140 da LEI Nº 590, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973, aufere que: "O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá: I - Em 5 (cinco) anos quanto aos atos de que decorram demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade; II - Em 120 (cento e vinte) dias nos demais casos. Parágrafo único. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição uma só vez, observada a legislação federal sobre a prescrição quinquenal". Entretanto, o respectivo artigo se vincula ao direito de requerer perante a repartição pública. De plano cumpre destacar que da decisão final do processo, serão admitidos os recursos e pedidos de reconsideração previstos neste Estatuto (art. 213 da LEI Nº 590, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973). Desta forma, o art. 215, da respectiva lei, determina que após a decisão definitiva proferida em processo administrativo só poderá ser alterada através de processo de revisão. Portanto, se tratando de uma linha temporal, é possível oferecer recurso ou solicitar a reconsideração do pedido antes da decisão definitiva. Destarte, não possui lógica o prazo atrelado ao pedido de reconsideração ser de 120 dias, tendo em vista que o prazo recursal é de 5 dias uteis. Ademais, em nenhum momento, na respectiva lei é vinculado diretamente o prazo para oferecer o pedido de reconsideração. Assim o art. 140, da referida lei, apresenta o direito de pleitear um "direito", não podendo confundir o pedido de reconsideração, com o processo administrativo revisional (após a decisão definitiva), instituto respaldada pela lei municipal. Acerca da sistemática MUNICIPAL e com base na analogia, o art. 118 da LEI COMPLEMENTAR Nº 643, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017, e o art. 29 da LEI COMPLEMENTAR Nº 828, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023, estabelecem, ao menos por referência, a aplicação do prazo de reconsideração de 30 dias. Dessa forma, resta evidente que a interpretação adotada no gabarito da questão não se sustenta juridicamente. O art. 140 da Lei nº 590/1973 trata do direito de pleitear perante a administração pública, estabelecendo um prazo prescricional para requerimentos administrativos em geral, mas não disciplina o prazo específico para pedidos de reconsideração. O equívoco da questão está em vincular diretamente o pedido de reconsideração ao prazo prescricional de 120 dias, ignorando a lógica recursal do estatuto municipal. O pedido de reconsideração é uma ferramenta processual que visa reavaliar uma decisão antes de sua definitividade, e, por sua natureza, deve observar um prazo compatível com o devido processo administrativo. Nesse sentido, o próprio Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Cruz do Rio Pardo prevê que o prazo recursal é de 5 dias úteis (art. 138 da Lei nº 590/1973). Além disso, em casos análogos dentro da sistemática municipal, as Leis Complementares nº 643/2017 (art. 118) e nº 828/2023 (art. 29) estabelecem que o prazo para pedidos de reconsideração é de 30 dias. Esses dispositivos reforçam que um prazo de 120 dias para reconsideração não só é desproporcional, como também destoa da estrutura normativa aplicável. Nesse sentido: 1. Desvirtua a função do pedido de reconsideração, que deve ser apresentado dentro de um período razoável após a decisão inicial, garantindo celeridade e eficiência na tramitação administrativa. 2. É incompatível com o prazo recursal de 5 dias úteis, criando uma incoerência entre mecanismos de impugnação dentro do mesmo estatuto. 3. Não há previsão expressa no estatuto que vincule o pedido de reconsideração ao prazo prescricional de 120 dias, sendo este último aplicável apenas ao direito de peticionar perante a administração, e não aos prazos internos para impugnações administrativas. 4. A interpretação sistemática da legislação municipal aponta para um prazo de 30 dias, conforme as Leis Complementares nº 643/2017 e nº 828/2023, que disciplinam prazos análogos dentro da esfera administrativa municipal. Dessa forma, a questão incorre em um erro conceitual ao considerar que o prazo de 120 dias se aplicaria ao pedido de reconsideração. Considerando essa inconsistência normativa e a falta de respaldo legal para a resposta indicada como correta, impõe-se a necessidade de ANULAÇÃO DA QUESTÃO, uma vez que o gabarito apresenta respostas incorretas e contrárias à lógica do direito administrativo municipal (EDcl no RMS n. 49.896/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 5/12/2017, DJe de 13/12/2017).
ANÁLISE	O recurso interposto pelo candidato não merece prosperar. A questão é clara ao dispor que a resposta é nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Santa Cruz do Rio Pardo. Nesse sentido, na análise das alternativas, não cabe aplicação de legislação diversa, ainda que por analogia.

	O Estatuto dos Servidores do Município de Santa Cruz do Rio Pardo prevê de forma clara que o direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá em 5 (cinco) anos quanto aos atos de que decorram demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade e 120 dias para os demais casos. No mesmo sentido, traz previsão acerca do direito de requerer ou de representar e pedir reconsideração. Assim, se tratando de pedido autônomo (art. 137) e não de recurso, que é regulamentado em artigo específico (art. 138), o pleito inicial para requerer a reconsideração de um pedido negado é de 120 dias. Portanto, é o caso de INDEFERIMENTO do recurso.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

9 - Nos termos da Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, a alienação de bens municipais, quando imóveis, dependerá de autorização Legislativa, avaliação prévia e de licitação na modalidade Concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

1 - Doação, devendo constar obrigatoriamente do instrumento de transmissão os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

2 - Concessão de Direito Real de Uso, quando o uso se destinar a outro órgão ou entidade da Administração Pública, bem como, quando se verificar interesse público devidamente comprovado, a concessionária de serviço público e a entidade de fins filantrópicos, reconhecida de utilidade pública.

3 - Investidura, e entendendo-se por tal, a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado para licitação, na modalidade Convite para compra e serviços.

Estão INCORRETAS:

(FONTE: Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, arts. 115/116)

(A) 1, apenas.

(B) 2, apenas.

(C) 3, apenas.

(D) 1, 2 e 3.

INSCRIÇÕES	200803785; 200805385; 200805395.
RECORRENTES	DANIEL CASTALDELLI SOARES; MAURICIO PINA ANDRIOLI; ROMULO BLECHA VEIGA.
SOLICITAÇÕES	A questão n° 9, enuncia: "Nos termos da Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, a alienação de bens municipais, quando imóveis, dependerá de autorização Legislativa, avaliação prévia e de licitação na modalidade Concorrência, dispensada esta nos seguintes casos: 1 - Doação, devendo constar obrigatoriamente do instrumento de transmissão os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato; 2 - Concessão de Direito Real de Uso, quando o uso se destinar a outro órgão ou entidade da Administração Pública, bem como, quando se verificar interesse público devidamente comprovado, a concessionária de serviço público e a entidade de fins filantrópicos, reconhecida de utilidade pública. 3 - Investidura, e entendendo-se por tal, a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado para licitação, na modalidade Convite para compra e serviços. Estão INCORRETAS: (FONTE: Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, arts. 115/116)". Desta forma, o gabarito determina que a alternativa correta é a letra "B" (2, apenas). Todavia, a respectiva resposta não merece prosperar. O item III estabelece que a avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado para licitação, na modalidade Convite para compra e serviços. O gabarito considera o item como correto, entretanto, a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 (Lei de Licitação), revogou a modalidade de licitação por Carta Convite, vide art. 28 da respectiva lei: São modalidades de licitação: I - pregão; II - concorrência; III - concurso; IV - leilão; V - diálogo competitivo. Ademais, o art. 28, § 2º, aufere que é vedada a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação daquelas referidas no caput deste artigo. Destaca-se que o art. 76, § 5º, I, da Lei de Licitações, determina que alienação, ao proprietário de imóvel lindeiro, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente,

por preço que não seja inferior ao da avaliação nem superior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo permitido para DISPENSA DE LICITAÇÃO de bens e serviços previsto nesta Lei. Portanto, a lei federal determina expressamente que o caso concreto versa a respeito de dispensa de licitação, e não carta convite, evidenciando o erro da questão e do enunciado (incorreto e desatualizado) da Lei Orgânica Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo.

Ademais, compete PRIVATIVAMENTE À UNIÃO, legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1°, III (vide art. 22, XXVII, da Constituição Federal).

Ressalta-se que o DECRETO Nº 322, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.023 (Município de Santa Cruz do Rio Pardo) dispôs sobre o regime de transição para a integral e exclusiva aplicabilidade da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu novo regime de licitações e contratos visando a uniformização e segurança jurídica, determinado que após 30 de dezembro de 2023, os procedimentos Licitatórios seguirão a normativa de 2021.

Com base nos argumentos expostos, conclui-se que a questão n° 9 apresenta um erro substancial ao considerar correta uma alternativa que faz referência a uma modalidade de licitação já revogada pela Lei nº 14.133/2021. A exigência de licitação na modalidade Convite para a alienação de imóveis lindeiros está desatualizada, uma vez que essa modalidade não existe mais no ordenamento jurídico vigente.

Além disso, a legislação federal determina que tais alienações devem seguir as regras de dispensa de licitação, conforme o artigo 76, § 5º, I, da Lei nº 14.133/2021. Esse equívoco compromete a validade da questão, tornando-a passível de anulação, visto que sua fundamentação se baseia em normas revogadas e contrárias ao atual regime jurídico das licitações e contratos administrativos.

Por fim, considerando que a competência para legislar sobre normas gerais de licitação é privativa da União, conforme o artigo 22, XXVII, da Constituição Federal, reforça-se a necessidade de adequação da legislação municipal à normativa federal vigente.

Destarte, o art. 116, § 2º, da Lei Orgânica Municipal, determina que a venda aos proprietários de imóveis lindeiros se vincula a hipótese de dispensa de licitação, e não a modalidade, extinta, de Carta Convite.

Assim, solicita-se ANULAÇÃO DA QUESTÃO em razão da incompatibilidade normativa e do erro material identificado, e diante da ausência de alternativa corretas, tendo em vista que o item 2 e 3 estão incorretos (EDcl no RMS n. 49.896/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 5/12/2017, DJe de 13/12/2017).

Conforme se observa da leitura do enunciado da questão de nº 9, deve-se apontar a alternativa com o(s) item(ns) INCORRETO(S).

Porém, da leitura das alternativas, percebe-se que os itens 1 a 3 são transcrições da Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, artigos 115/116, se não, vejamos:

* item nº 1 é transcrição integral do art. 115, I, "b";

* item nº 2 é transcrição quase total do art. 116, § 1º, afirmando exatamente o que dispõe este artigo da Lei Orgânica;

* item nº 3 é transcrição integral do art. 115, I, "d".

Logo, da análise do caso, verifica-se não existir item que está em desacordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, em seus artigos 115/116, não havendo, consequentemente, alternativa que aponte afirmações INCORRETAS, como se pede na referida questão.

Requer-se, portanto, a anulação da questão de nº 09 da prova de advogado, como medida de justiça.

A questão de número 9 trouxe a seguinte redação: "Nos termos da Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, a alienação de bens municipais, quando imóveis, dependerá de autorização legislativa, avaliação prévia e de licitação na modalidade concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:"

Conforme gabarito da questão, foi dado como certo a alternativa B), onde considerou incorreto a assertiva 2 - com os seguintes dizeres:

"Concessão de Direito Real de Uso, quando o use se destinar a outro órgão ou entidade da administração pública, bem como, quando se verificar interesse público e a entidade de fins filantrópicos, reconhecida de utilidade publica."

Contudo o art. 116, §1º traz a seguinte redação:

"O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta última nas hipóteses previstas na legislação pertinente.

	1º A Administração Pública poderá conceder direito real de uso de bens imóveis, dispensada a licitação, quando o uso se destinar a outro órgão ou entidade da Administração Pública, bem como, quando se verificar interesse público devidamente comprovado, a concessionária de serviço público e a entidade de fins filantrópicos, reconhecida de utilidade pública." Desta forma, resta-se claro ser uma das hipóteses previstas em que se é dispensada a licitação na modalidade concorrência, como o próprio artigo ressalta, NÃO HAVENDO PORTANTO ALTERNATIVA CORRETA, devendo ser anulada a questão.
ANÁLISE	O recurso interposto pelo candidato não merece prosperar. A questão é clara ao dispor que a resposta é nos termos da Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo. Nesse sentido, na análise das alternativas, não cabe aplicação de legislação diversa, ainda que por analogia. A Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo prevê de forma expressa que a ALIENAÇÃO de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: I - quando imóveis, dependerá de autorização Legislativa, avaliação prévia e de licitação na modalidade Concorrência, dispensada esta nos seguintes casos: a) dação em pagamento; b) doação, devendo constar obrigatoriamente do instrumento de transmissão os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato; c) permuta; d) investidura, entendendo-se por tal, a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área alienação de bens esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinqüenta por cento) do valor estipulado para licitação, na modalidade Convite para compra e serviços. Nota-se que o enunciado trata das hipóteses de dispensa de licitação no caso de ALIENAÇÃO de bens imóveis municipais. Assim, considerando que a concessão de direito real de uso não se confunde com ALIENAÇÃO e não se trata, portanto, de hipótese de dispensa nesse caso, mas sim de OUTORGA de bem público, o item 2 está INCORRETO. Portanto, é o caso de INDEFERIMENTO do recurso.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

~~**11 – O projeto de lei orçamentária será enviado pelo Prefeito Municipal para apreciação da Câmara Municipal, até: (FONTE: Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, art. 149)**~~ ~~**(A)** 30 de julho e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.~~ ~~**(B)** 30 de agosto e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.~~ ~~**(C)** 30 de setembro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.~~ ~~**(D)** 30 de outubro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.~~	
INSCRIÇÕES	200804630; 200803888.
RECORRENTES	ALEXSANDRO ITADEU CASACA; HENRIQUE DINIZ DA SILVA ROSA.
SOLICITAÇÕES	AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024 – Cargo de Advogado. Alexsandro Itadeu Casaca, Inscrição nº 200804630, vem respeitosamente, nos termos do item 9.1, "c" do Edital, INTERPOR RECURSO ADMINISTRATIVO contra o gabarito preliminar da questão 11, da prova de conhecimentos específicos, pelas razões a seguir: QUESTÃO 11 – anulação da questão A questão nº 11 (sobre a Lei Orgânica do Município) apresentou o seguinte texto com as respectivas alternativas: 11 – O projeto de lei orçamentária será enviado pelo Prefeito Municipal para apreciação da Câmara Municipal, até: (FONTE: Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, art. 149) (A) 30 julho e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa. (B) 30 de Agosto e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa. (C) 30 de setembro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa. (D) 30 de outubro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

	Pois bem. O gabarito apontou como correta a alternativa "C". Contudo, a questão pergunta sobre a "lei orçamentária", se referindo inequivocamente à Lei Orçamentária Anual (LOA), e não à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou Plano Plurianual (PPA), afinal, se estivesse se referindo a essas peças do orçamento teria de especificar, posto que a expressão "Lei Orçamentária" é utilizada hodiernamente para se referir à Lei Orçamentária Anual (LOA). Assim, com base no art. 149, da Lei Orgânica de Santa Cruz do Rio Pardo (disponível em: https://camarasantacruzdoriopardo.sp.gov.br//temp/2502202514060415075_download_lei_15075.pdf), a lei orçamentária será encaminhada até o dia 20 de outubro e não até o dia 30 de setembro como apontado na alternativa considerada correta. Vejamos: Artigo 149 - Os projetos de leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal para apreciação da Câmara Municipal, obedecidas as seguintes normas: (...) III - o projeto de lei orçamentária anual será encaminhado até 20 de outubro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 64/2021) (disponível em: https://camarasantacruzdoriopardo.sp.gov.br//temp/2502202514060415075_download_lei_15075.pdf) Destarte, a alternativa tida por correta contraria frontalmente o texto da Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, e considerando inexistir entre as alternativas da questão a data de 20 de outubro para encaminhamento do Projeto de lei do orçamento, requer a anulação da questão nº 11 da prova objetiva. Nesses termos, Pede deferimento. Santa Cruz do Rio Pardo, 25 de fevereiro de 2025. Alexsandro Itadeu Casaca
	O enunciado pede que se marque a alternativa corresponde à alternativa correta sobre a data limite de envio, à Câmara Municipal, do Projeto de Lei Orçamentária Anual, considerando correto a alternativa "C" (30 de setembro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa), CONTUDO NENHUMA DAS ALTERNATIVAS ESTÃO CORRETAS, DEVENDO SER ANULADA A QUESTÃO. Isto por que o Art. 149, inciso III, da Lei Orgância de Santa Cruz do Rio Pardo menciona que o envio da Lei Orçamentária Anual será feito pelo Prefeito até 20 de outubro, conforme redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 64/2021. Ou seja, o gabarito da questão está desatualizado e, portanto, incorreto, motivo pelo qual a questão deve ser anulada uma vez que não há resposta correta, conforme edital do concurso. Fonte: Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, Art. 149 (redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 64/2021), verificável no site oficial da Câmara Municipal (disponível em: https://camarasantacruzdoriopardo.sp.gov.br/?pag=T0dRPU9EZz1PR009T1RnPQ==&idtipolei=19&ano=2024 , acesso em 25 de fev. 2025)
ANÁLISE	O recurso interposto pelo candidato merece prosperar. De fato, houve alteração na Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo com modificação do prazo para o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 20 de outubro. Portanto, é o caso de DEFERIMENTO do recurso.
DELIBERAÇÃO	**DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA.**

13 - Considere a seguinte situação hipotética:

***O Prefeito do Município de Santa Cruz do Rio Pardo sancionou lei que dispõe sobre o registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais no município*.**

Nos termos da Constituição Federal, referida lei é:

(FONTE: Constituição Federal, arts. 22/23)

(A) Constitucional, uma vez que competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Município registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

(B) Constitucional, uma vez que competência privativa do Município registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

(C) Inconstitucional, uma vez que competência privativa da União registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

(D) Inconstitucional, uma vez que competência comum tão somente da União e dos Estados registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

INSCRIÇÃO	200804774
RECORRENTE	LILIAN RIBEIRO SOBRAL
SOLICITAÇÃO	O enunciado da questão 13 trata de hipótese na qual o Município praticou o ato de LEGISLAR ("O Prefeito do Município de Santa Cruz do Rio Pardo SANCIONOU LEI que dispõe sobre (...)" e questiona, justamente, a constitucionalidade da referida lei hipotética. Tratando-se, portanto, de situação hipotética de competência LEGISLATIVA (e NÃO administrativa/material), não há alternativa correta pois nenhuma delas faz referência ao ato de LEGISLAR, não havendo correspondência lógica entre enunciado e alternativas. O gabarito preliminar divulgado pela Publiconsult (letra A) somente estaria correto se o enunciado tivesse apresentado hipótese da prática de registo e/ou acompanhamento e/ou fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais pelo município, o que corresponderia a competência ADMINISTRATIVA/MATERIAL comum prevista no art. 23 da CRFB. Contudo, o enunciado não aborda competência administrativa, e sim LEGISLATIVA. A referida lei seria inconstitucional pois somente a União possui competência constitucional para LEGISLAR sobre águas e recursos minerais (vide transcrição abaixo da CRFB). Contudo, nenhuma das quatro alternativas aborda o ato legislativo, e sim ato administrativo/material, não correspondendo ao que pede o enunciado. "Compete privativamente à UNIÃO LEGISLAR sobre: (...) IV - ÁGUAS, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão; (...) XII - jazidas, minas, outros RECURSOS MINERAIS e metalurgia." Assim, considerando tratar-se de questão que versa sobre a competência para LEGISLAR sobre águas e recursos hídricos, e que nenhuma das alternativas faz referência a este ato LEGISLATIVO, requer que a questão 13 seja anulada. FONTES: - LENZA, Pedro. Direito Constitucional. 25. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Termos em que, pede deferimento. Lilian Ribeiro Sobral
ANÁLISE	O recurso do candidato não merece prosperar. A Constituição Federal é clara ao prever que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Município registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios. Nesse sentido, não se trata de legislar sobre recursos minerais de forma específica, mas sim sobre registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios, conforme autorizado pela própria Constituição Federal. Portanto, é o caso de INDEFERIMENTO do recurso.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

18 - Considere a seguinte situação hipotética:

A Secretaria Municipal de Administração necessita adquirir diversos computadores, tendo em vista a precariedade das máquinas existentes no setor. Pelos orçamentos realizados pelo setor, a aquisição custará em torno de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e, portanto, há necessidade de realização de procedimento licitatório.

Nesse sentido, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, a modalidade de licitação adequada para a aquisição das referidas máquinas é:

(FONTE: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, art. 6º)

(A) Leilão.

(B) Concorrência.

(C) Pregão.

(D) Concurso.

INSCRIÇÃO	200803989
RECORRENTE	MATHEUS DE MORAES GRASSELLI DE OLIVEIRA
SOLICITAÇÃO	Ilustríssima Banca Recursal, na referida questão, é trazida a situação de compra de computadores, cujka aquisição dos mesmo custará R$ 100.000,00. No entanto, dentre as alternativas consta o Pregão (alternativa C), e a Concorrência (alternativa B). Contudo, a doutrina entende e os maiores administrativistas também, que para a hipótese do enunciado, caberia tanto Pregão, quanto a modalidade Concorrência, tendo em vista que ambos servem para compra de bens ou serviços comuns, no caso do pregão, ou especiais, no caso da Concorrência. No entanto, a natureza do bem não ficou claro, deixando o candidato a se deparar com duas alternativas que podem ser consideradas corretas. Vale ressaltar que antes do advento da norma vigente, havia um limite de valor para cada modalidade. Como a Lei nº 14.133/21 revogou a Lei nº 8.666/93, e não faz menção à limite de valores, a resposta poderia ser qualquer um das duas alternativas. Importante destacar que o próprio enunciado faz menção à aplicação da lei nº 14.133/21 para a referida questão. Portanto, requer seja anulada a questão com a atribuição de pontuação a todos os candidatos, ou subsidiariamente, que seja considerada como certa, as duas alternativas, pontuando qualquer uma das duas. Agradeço, Matheus Grasselli
ANÁLISE	O recurso do candidato não merece prosperar. A questão é clara ao dispor que a resposta é nos termos da Lei nº 14.133/21. Nesse sentido, na análise das alternativas, não cabe aplicação de legislação diversa, ainda que por analogia. Assim, considerando que nos termos da referida legislação a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto é o pregão, a alternativa "c" é a correta. Portanto, é o caso de INDEFERIMENTO do recurso.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

12

21 - Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas, EXCETO:

(FONTE: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, art. 121)

(A) Condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas, bem como da existência de provisão trabalhista.

(B) Exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas.

(C) Efetuar o depósito de valores em conta vinculada.

(D) Estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

INSCRIÇÃO	200805395
RECORRENTE	ROMULO BLECHA VEIGA
SOLICITAÇÃO	A questão de número 21 trouxe o seguinte enunciado: "Nas contratações de serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas, EXCETO:"

	Sendo que foi dada como EXCEÇÃO, ou seja, não seria aplicável a seguintes medidas: "condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas, bem como da existência de provisão trabalhista" Veja que está claramente EXPRESSO NO ART. 121 a possibilidade exatamente das medidas descritas: Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. § 3º Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas: I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas; Ademais, a expressão "provisão trabalhista", provisão é JUSTAMENTE "reserva/garantia" e a correlação com a palavra "trabalhista" significa exatamente os termos do inciso I, onde está claramente previsto modalidades de GARANTIA para assegurar as verbas trabalhistas, não havendo, portanto, alternativa incorreta DEVENDO SER ANULADA.
ANÁLISE	O recurso do candidato não merece prosperar. A questão pede que o candidato aponte a alternativa que não corresponde ao previsto na Lei nº 14.133/21. Nesse sentido, a alternativa "a", que dispõe que a Administração poderá condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas, bem como da existência de provisão trabalhista está INCORRETA, já que a provisão não se refere tão somente as verbas rescisórias, mas a todo passivo trabalhista que a empresa poderá enfrentar, não se confundindo, portanto, com a garantia prevista no inciso I, apontada pelo candidato. Portanto, é o caso de INDEFERIMENTO do recurso.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

13

28 - De acordo com o Código de Processo Civil, analise as seguintes assertivas sobre o Recurso Especial e Recurso Extraordinário:

1 - Se o relator, no Superior Tribunal de Justiça, entender que o recurso especial versa sobre questão constitucional, deverá conceder prazo de 5 (cinco) dias para que o recorrente demonstre a existência de repercussão geral e se manifeste sobre a questão constitucional.

2 - Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá negar seguimento a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos.

3 - Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência com a certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicado o acórdão divergente, ou ainda com a reprodução de julgado disponível na rede mundial de computadores, com indicação da respectiva fonte, devendo-se, em qualquer caso, mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Estão INCORRETAS:

(FONTE: Código de Processo Civil, arts. 1.029/1.032)

(A) 1, apenas.

(B) 2, apenas.

(C) 3, apenas.

(D) 2 e 3, apenas.

INSCRIÇÃO	200805385
RECORRENTE	MAURICIO PINA ANDRIOLI
SOLICITAÇÃO	Conforme se observa da leitura do enunciado da questão de nº 28, deve-se apontar a alternativa com o(s) item(ns) INCORRETO(S). Porém, da leitura das alternativas, percebe-se que os itens 1 a 3 são transcrições do Código de Processo Civil - CPC, artigos 1.029, 1.030 e 1.032, se não, vejamos:

	* item nº 1 é transcrição integral do art. 1.032 do CPC; * item nº 2 é transcrição integral do caput do art. 1.030, de seu inciso nº I e de sua alínea "b", do CPC; * item nº 3 é transcrição integral do art. 1.029, § 1º do CPC. Logo, da análise do caso, verifica-se não existir item que está em desacordo com o Código de Processo Civil - CPC, em seus artigos artigos 1.029/1.032, não havendo, consequentemente, alternativa que aponte afirmações INCORRETAS, como se pede na referida questão. Requer-se, portanto, a anulação da questão de nº 28 da prova de advogado, como medida de justiça.
ANÁLISE	O recurso do candidato não merece prosperar. A questão pede que o candidato aponte a alternativa INCORRETA nos termos do Código de Processo Civil. Assim, considerando que o art. 1.032 da referida norma prevê que se o relator, no Superior Tribunal de Justiça, entender que o recurso especial versa sobre questão constitucional, deverá conceder prazo de 15 (quinze) dias para que o recorrente demonstre a existência de repercussão geral e se manifeste sobre a questão constitucional, enquanto a alternativa "a" prevê o prazo de 5 (cinco) dias, a alternativa 1 está INCORRETA. Portanto, é o caso de INDEFERIMENTO do recurso.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

35 - Considere a seguinte situação hipotética:

O Prefeito do Município de Santa Cruz do Rio Pardo pretende apresentar Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal, visando conceder benefício de natureza tributária aos pequenos comerciantes do município.

Por se tratar de concessão de benefício de natureza tributária que decorrerá renúncia de receita, o projeto de lei deverá:

1 – Estar acompanhado do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

2 – Atender ao disposto no Plano Plurianual.

3 – Atender a uma das condições previstas na legislação, sendo uma delas estar acompanhado de medidas de compensação, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Estão CORRETAS:

(FONTE: Lei Complementar, nº 101/2000, art. 14)

(A) 1 e 2, apenas.

(B) 1 e 3, apenas.

(C) 2 e 3, apenas.

(D) 1, 2 e 3.

14

INSCRIÇÃO	200803989
RECORRENTE	MATHEUS DE MORAES GRASSELLI DE OLIVEIRA
SOLICITAÇÃO	Ilustríssima Banca Recursal, A questão traz como base legal o art. 14 da LC nº 101/00. "Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições(...)" O gabarito trouxe como alternativa correta a letra "B". No entanto, a alternativa trata o referido artigo como se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita devesse estar acompanhada do impacto orçamentário-financeiro, PRÓPRIAMENTE DITO, quando na verdade a lei deixa perfeitamente claro que acompanhará APENAS DE "ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO...", pode até entender como mero erro ortográfico, mas um erro que pode tornar a questão dubitável, trazendo à margem de interpretações conflitantes. Portanto, requer seja a referida questão anulada.

	Agradeço, Matheus Grasselli
ANÁLISE	O recurso do candidato não merece prosperar. A legislação é clara ao prever que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições (...)" No caso em tela, o fato de a questão ter omitido a palavra "estimativa" não é razão suficiente para anulação da questão, pois não modifica a previsão legal. Portanto, é o caso de INDEFERIMENTO do recurso.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

DIRETOR DE ESCOLA	
25 -	**A sala de aula é um espaço de uso contínuo e intenso, por isso requer um olhar atento e permanente para que alunos e professores contem com um ambiente agradável de trabalho. Neste sentido, são ATIVIDADES que devem ocorrer SEMANALMENTE, EXCETO:** **(CEDAC. O que revela o espaço escolar? - Um livro para diretores de escola (1ª ed. 2013, pág. 72-73)** **(A)** Propor que os professores solicitem a reposição de materiais nos armários (cadernos, lápis, canetas, giz e/ou canetas para o quadro). **(B)** Acompanhar, nos registros de empréstimo, a utilização de equipamentos pelos professores em sala de aula (*datashow*, computador, retroprojetor, aparelho de som etc.). **(C)** Verificar, junto aos funcionários se há carteiras e cadeiras precisando de reparos ou reposição. **(D)** Garantir que os funcionários não descuidem de verificar se lâmpadas, ventiladores e/ou ares-condicionados estão funcionando adequadamente.
INSCRIÇÃO	200803778
RECORRENTE	KARINA DE ROSSI LEOCADIO PEREIRA
SOLICITAÇÃO	O gabarito indica a alternativa (D) como correta, considerando que a verificação de lâmpadas, ventiladores e ar-condicionados não deve ocorrer semanalmente. No entanto, ao analisar a obra citada na questão (CEDAC. O que revela o espaço escolar? – 1ª ed., 2013, pág. 72-73), verifica-se que não há uma determinação específica sobre a frequência exata dessas ações, sendo que todas as alternativas mencionam atividades essenciais para a manutenção do ambiente escolar. A alternativa (A), assinalada por mim, menciona a solicitação de reposição de materiais, que também não possui periodicidade rígida estabelecida na obra referenciada. Assim, a questão apresenta ambiguidades e permite múltiplas interpretações quanto à regularidade das atividades elencadas. Diante disso, solicito a anulação da questão por falta de precisão conceitual e ausência de respaldo objetivo na obra citada.
ANÁLISE	De acordo com a norma referida no enunciado da questão, a resposta dada pelo gabarito está correta, lá item (d) consta como de periodicidade diária.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

SUPERVISOR DE ENSINO	
30 -	**O papel do Supervisor Escolar se constitui, em última análise, na somatória de esforços e ações desencadeados com o sentido de promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, o processo de assistência e coordenação recebeu enfoques variados durante a história da SUPERVISÃO ESCOLAR, como por exemplo, a MELHORIA:** **1 - Da descrição de objetivos educacionais.** **2 - Do processo de recuperação dos alunos.** **3 - Da articulação escola-comunidade.** **(LUCK, Heloisa. Ação integrada: Administração, supervisão e orientação educacional, 29ª ed., pág. 20)**

De acordo com a fonte referida estão corretos os itens:

(A) 1 e 2, apenas.

(B) 3, apenas.

(C) 1, 2 e 3.

(D) Nenhum

INSCRIÇÃO	200806174
RECORRENTE	MIRIAM CRISTINA GENERICH CAETANO
SOLICITAÇÃO	A questão 30 trata do papel da supervisão escolar, fundamentado na obra de Heloisa Luck. Justificativa do Recurso: A questão apresenta três afirmações sobre o papel da supervisão escolar: 1. Da descrição de objetivos educacionais. 2. Do processo de recuperação dos alunos. 3. Da articulação escola-comunidade. De acordo com o gabarito divulgado, a alternativa correta diverge da resposta que marquei (alternativa C - "1, 2 e 3"). No entanto, ao considerar a perspectiva de Heloisa Luck sobre a supervisão escolar, percebe-se que todas as opções mencionadas na questão estão alinhadas com o papel do supervisor escolar moderno. Heloisa Luck, em suas obras, defende que a supervisão escolar deve ser mediadora, formativa e participativa, promovendo um ambiente de reflexão e inovação pedagógica. Para ela, a supervisão deve ir além da fiscalização burocrática e atuar no suporte aos docentes, na melhoria do ensino-aprendizagem e na articulação da escola com a comunidade. Conforme exposto, as três assertivas listadas na questão são compatíveis com essa perspectiva. O supervisor escolar, segundo Luck: • Contribui para a definição e descrição de objetivos educacionais claros, alinhados às necessidades dos estudantes (item 1); • Atua na implementação de estratégias pedagógicas que favoreçam a recuperação e aprendizagem dos alunos (item 2); • Promove a articulação entre a escola e a comunidade, visando à integração dos diversos atores do processo educacional (item 3). Dessa forma, a alternativa correta deve ser a letra C (1, 2 e 3), pois todas as opções estão em consonância com a abordagem de Luck sobre a supervisão escolar. Além disso, caso a intenção da questão fosse abordar a supervisão escolar sob uma perspectiva histórica mais tradicional, isso deveria ter sido explicitado no enunciado. A falta dessa contextualização pode levar o candidato a responder com base em abordagens mais atuais, como a de Heloisa Luck , gerando confusão e comprometendo a clareza da avaliação. Solicitação: Diante do exposto, solicito a revisão do gabarito da referida questão, com a devida atribuição da pontuação correta aos candidatos que assinalaram a alternativa C ou a anulação da questão por falta de clareza no enunciado. Atenciosamente, Miriam
ANÁLISE	De acordo com a norma referida no enunciado da questão, a resposta dada pelo gabarito está correta, lá o item II consta como de competência do Diretor de Escola.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

35 - A organização e a constituição dos indivíduos se dão mediadas pelas RELAÇÕES SOCIAIS. Todo profissional é constituído nesta sociedade, o que pressupõe que professores e pedagogos são determinados pelo CONTEXTO SOCIAL mais amplo e também determinadores dele. Neste sentido, analise as disposições abaixo:

1 - Pode-se afirmar que o ato de ensinar e aprender é trabalho, visto que ensinar é uma relação que se constrói dialeticamente com o aprender e que se faz do homem para o homem, do homem para com a natureza e do homem para consigo mesmo.

2 - Neste sentido, a tarefa do professor, mais do que formação técnica, aperfeiçoamento e domínio de conhecimento científico, é um ato vocacional, baseado nos princípios da boa vontade e da dedicação pessoal.

(URBANETZ, S. T.; SILVA, S. Z. Orientação e Supervisão Escolar: Caminhos e perspectivas, 1ª ed., pág. 29-31)

De acordo com a fonte referida:

(A) As disposições 1 e 2 estão corretas, sendo a segunda complementar à primeira.

(B) As disposições 1 e 2 estão incorretas pois não tratam da mediação de relações sociais em um contexto mais amplo.

(C) Apenas a disposição do item 1 está correta, sendo que a disposição do item 2 contrapõe-se às disposições da primeira.

(D) Apenas a disposição do item 2 está correta, pois se coaduna com o enunciado da questão.

INSCRIÇÃO	200806174
RECORRENTE	MIRIAM CRISTINA GENERICH CAETANO
SOLICITAÇÃO	A questão trata da organização e constituição dos indivíduos mediadas pelas relações sociais, discutindo o papel do professor nesse contexto. As duas disposições apresentadas na questão são analisadas em relação ao contexto social do ensino e aprendizado: A primeira disposição afirma que ensinar e aprender são atos de trabalho que se constroem dialeticamente, ou seja, um não ocorre sem o outro. Isso está em consonância com teorias educacionais como a de Vygotsky, que enfatizam a interação social como essencial para o desenvolvimento cognitivo. Logo, essa afirmação está correta. A segunda disposição destaca que a tarefa do professor vai além do domínio técnico e científico, sendo também um ato vocacional, fundamentado na ética e dedicação pessoal. Isso está alinhado com a literatura pedagógica que reconhece o papel do professor não apenas como transmissor de conhecimento, mas como mediador do processo de ensino e aprendizagem, com forte impacto social. A banca considerou a alternativa (C) como correta, afirmando que apenas a disposição do item 1 está correta e que a do item 2 se contrapõe à primeira. No entanto, não há oposição entre as duas afirmações. Pelo contrário, elas são complementares: A primeira destaca a interação social no processo de ensino e aprendizado; A segunda ressalta a importância do papel do professor nesse contexto, indo além do domínio técnico. Dessa forma, a alternativa (A) é a mais adequada, pois reconhece que ambas as disposições estão corretas e que a segunda complementa a primeira. Diante da argumentação apresentada, solicito a revisão da resposta oficial da Questão 35, com a devida alteração para a alternativa (A) como correta. A correção garantirá a justiça e a coerência do concurso público, assegurando que os candidatos sejam avaliados de acordo com os princípios pedagógicos e as teorias da educação. Atenciosamente,
ANÁLISE	De acordo com a norma referida no enunciado da questão, a resposta dada pelo gabarito está correta, lá o item II é considerado incorreto, pois na concepção do autor o papel do professor não depende de vocação e boa vontade, mas se trata de trabalho decorrente de relações sociais dialeticamente construídas no âmbito deste relacionamento.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

PERÍODO TARDE

QUESTÃO COMUM AOS CARGOS DE: COORDENADOR PEDAGÓGICO, MÉDICO DE REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA, MÉDICO GENERALISTA, MÉDICO ORTOPEDISTA, MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO VETERINÁRIO E VICE-DIRETOR DE ESCOLA.

LÍNGUA PORTUGUESA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

3 - Assinale a alternativa em que a locução adjetiva NÃO está corretamente relacionada ao adjetivo:

(CEGALLA, D. P. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 56ª ed., pág. 161)

(A) Vento → eólico

(B) Tecido → fabril **(C)** Morte → letal **(D)** Enxofre → sulfúrico	
INSCRIÇÃO	200803782
RECORRENTE	KARINA DE ROSSI LEOCADIO PEREIRA
SOLICITAÇÃO	Recurso – Questão 3 - PROVA DE VICE-DIRETOR Prezados, Solicito a revisão do gabarito da questão 3, pois há um erro na correção oficial. O enunciado pede a alternativa em que a locução adjetiva NÃO está corretamente relacionada ao adjetivo. A alternativa assinalada foi **(D) Enxofre ? sulfúrico**, o que está correto conforme a **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**, de Domingos Paschoal Cegalla (56ª ed., pág. 161): - **"Vento" ? "eólico"** (correto) - **"Tecido" ? "fabril"** (correto) - **"Morte" ? "letal"** (correto) - **"Enxofre" ? "sulfúrico" (incorreto, pois "sulfúrico" está relacionado ao ácido sulfúrico, enquanto o adjetivo adequado para "enxofre" é "sulfuroso")** Dessa forma, a alternativa **(D)** é a única que apresenta erro, ao contrário do que indica o gabarito oficial, que aponta erroneamente a alternativa **(B)** como resposta correta. Com base na obra de Cegalla, solicito a correção do gabarito e a mudança para a alternativa **(D)**, conforme assinalado corretamente pela candidata. Atenciosamente, Karina de Rossi Leocadio Pereira
ANÁLISE	De acordo com a fonte referencial determinada no enunciado da questão a resposta dada pelo gabarito está correta.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

QUESTÕES COMUNS AOS CARGOS DE: MÉDICO DE REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA, MÉDICO GENERALISTA, MÉDICO ORTOPEDISTA, MÉDICO PEDIATRA E MÉDICO VETERINÁRIO.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO	
9 - Qual o número que multiplicado pelo seu quádruplo resulta em 196? **(A)** 7 **(B)** 14 **(C)** 28 **(D)** 49	
INSCRIÇÃO	200805676
RECORRENTE	MARCELO MARCUSSO COLONHESE
SOLICITAÇÃO	Mudança de alternativa. Alternativa correta letra (D) 49. Quádruplo (49) 4*49=196
ANÁLISE	Não procede a alegação. O quadruplo de 7 é 28. Assim, 7 x 28 = 196, conforme determinado no enunciado. A resposta dada pelo gabarito está correta.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

LEGISLAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA	
19 -	**Assim são denominados os serviços de atendimento inicial à saúde do usuário no SUS: (Decreto nº 7.508/2011, art. 2º)** **(A)** Estratégia de Saúde da **(B)** Unidades Básicas de Saúde **(C)** Família Serviços Especiais de Acesso Aberto **(D)** Portas de Entrada
INSCRIÇÃO	200805064
RECORRENTE	DOUGLAS APARECIDO DA SILVA
SOLICITAÇÃO	Prezados membros da banca examinadora, Venho, respeitosamente, apresentar recurso em relação à questão. A alternativa "A" da referida questão apresenta-se incompleta, o que compromete sua clareza e pode induzir o candidato a uma interpretação equivocada durante a prova. A formulação inadequada da alternativa gera ambiguidade, dificultando a identificação da resposta correta e prejudicando a objetividade da avaliação. Questões de concurso devem ser elaboradas de forma precisa e inequívoca, garantindo que os candidatos sejam avaliados de maneira justa, sem margem para interpretações subjetivas decorrentes de erros na construção das alternativas. No entanto, a imprecisão observada nesta questão interfere no raciocínio lógico necessário para a sua resolução, induzindo o candidato a um erro que não é de sua responsabilidade. Diante dessa inconsistência, solicito a anulação da questão, uma vez que sua estrutura inadequada compromete a isonomia do certame e pode impactar negativamente o desempenho dos candidatos.
ANÁLISE	A alternativa (A) não se trata da resposta que atende ao enunciado, desta forma a sua escrita não afeta a determinação da resposta correta ao questionamento, neste sentido a questão será mantida.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

QUESTÃO COMUM AOS CARGOS DE COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUPERVISOR DE ENSINO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
26 -	**A concessão de níveis superiores de autonomia às escolas deve se basear em propostas que busquem concretizar princípios a que deve obedecer a gestão das escolas no quadro de um claro reforço de sua autonomia. Neste sentido, analise as seguintes disposições:** **1 - A base de legitimidade deste princípio é o saber especializado dos professores no domínio técnico-pedagógico e que exercem um poder profissional.** **2 - A aplicação deste princípio é necessária para permitir margens de ajustamento nas práticas de gestão e faz parte do próprio conceito de autonomia, enquanto modo de autogoverno.** **3 - O regime jurídico sobre a gestão deve estabelecer um conjunto de normas sobre o quadro organizativo que deve regular a gestão de topo e que deixe ao critério da escola (segundo orientações gerais) a própria definição das estruturas e órgãos de gestão intermediária.** **São pertinentes ao princípio da FLEXIBILIDADE as disposições:** **(FERREIRA, N. S. C. F. (org.). Gestão democrática da educação, 8ª ed., pág. 39-40).** **(A)** 1 e 2, apenas. **(B)** 1 e 3, apenas. **(C)** 2 e 3, apenas. **(D)** 1, 2 e 3.
INSCRIÇÃO	200803782
RECORRENTE	KARINA DE ROSSI LEOCADIO PEREIRA
SOLICITAÇÃO	Recurso – Questão 26

	Prezados, Solicito a anulação da questão 26, visto que há inconsistências na correção do gabarito oficial. O enunciado pede que sejam identificadas as disposições pertinentes ao princípio da FLEXIBILIDADE na gestão escolar. Conforme a obra "Gestão Democrática da Educação", organizada por FERREIRA, N. S. C. F. (8ª ed., págs. 39-40), a flexibilidade está relacionada à capacidade de adaptação e ajustes nas práticas de gestão escolar, permitindo maior autonomia na organização interna. Analisando as alternativas: - A afirmação 1 trata da legitimidade do princípio baseada no saber técnico-pedagógico dos professores, o que está mais relacionado à competência profissional e não ao princípio da flexibilidade. - A afirmação 2 aborda a necessidade de ajustes na gestão e autonomia das escolas, diretamente ligada à flexibilidade. - A afirmação 3 menciona a possibilidade de a escola definir suas próprias estruturas e órgãos internos de gestão, o que também se encaixa no conceito de flexibilidade. Dessa forma, as disposições 2 e 3 são as que realmente correspondem ao princípio da flexibilidade. A alternativa correta deveria ser a (C) – 2 e 3, apenas, mas o gabarito oficial indicou equivocadamente a alternativa (D) – 1, 2 e 3. **Erro na formulação da questão** A afirmativa 1 não está corretamente associada ao conceito de flexibilidade, o que torna a questão **ambígua e passível de interpretação divergente**, gerando prejuízo aos candidatos. Diante disso, **solicito a anulação da questão**, uma vez que a alternativa considerada correta no gabarito não condiz integralmente com o princípio abordado na obra de referência. Atenciosamente, Karina de Rossi Leocadio Pereira
ANÁLISE	De acordo com a fonte referencial determinada no enunciado da questão a resposta dada pelo gabarito está correta, lá o item I se refere ao princípio da Legitimidade, e não da Flexibilidade.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MÉDICO DE REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

26 - Assinale a alternativa que associa corretamente o conceito à sua definição, de acordo com o Manual de Normas e Auditoria do Ministério da Saúde:

(A) Controle - consiste no monitoramento de processos (normas e eventos), com o objetivo de verificar a conformidade dos padrões estabelecidos e de detectar situações de alarme que requeiram uma ação avaliativa detalhada e profunda.

(B) Avaliação - consiste em submeter à atenta vigilância, a execução de atos e disposições contidas em legislação, através do exercício do ofício de fiscal.

(C) Fiscalização - Trata da análise de estrutura, processos e resultados das ações, serviços e sistemas de saúde, com o objetivo de verificar sua adequação aos critérios e parâmetros de eficácia, eficiência e efetividade estabelecidos para o Sistema de Saúde.

(D) Todas as alternativas estão corretas.

INSCRIÇÃO	200805019
RECORRENTE	NATALIA RAFFAELA SARAIVA ROSA XAVIER
SOLICITAÇÃO	Recurso – Questão 26 Enunciado: “Assinale a alternativa que associa corretamente o conceito à sua definição, de acordo com o Manual de Normas e Auditoria do Ministério da Saúde:” Gabarito informado:

	(A) Controle - consiste no monitoramento de processos (normas e eventos), com o objetivo de verificar a conformidade dos padrões estabelecidos e de detectar situações de alarme que requeiram uma ação avaliativa detalhada e profunda. Gabarito correto (recurso): (D) Todas as alternativas estão corretas. Fundamentação do Recurso: De acordo com o Manual de Normas e Auditoria do Ministério da Saúde, todas as alternativas apresentadas na questão descrevem corretamente conceitos que são parte integrante das práticas de auditoria, controle, avaliação e fiscalização no âmbito da gestão de recursos públicos e da saúde. Vamos analisar cada uma delas: 1. Alternativa (A) - Controle: A descrição de controle está adequada. O controle envolve o monitoramento de processos, para garantir que normas e eventos estejam em conformidade com os padrões estabelecidos, além de identificar situações que requeiram uma ação avaliativa aprofundada. Este conceito está de acordo com a definição de controle de processos na auditoria pública. 2. Alternativa (B) - Avaliação: A definição de avaliação apresentada também está correta. Avaliar consiste em submeter à vigilância atenta a execução de atos e disposições legais, algo que é feito por meio do exercício de fiscalização, para garantir a conformidade das ações com a legislação vigente. 3. Alternativa (C) - Fiscalização: A alternativa descreve corretamente o conceito de fiscalização, que é analisar estrutura, processos e resultados para garantir que as ações, serviços e sistemas de saúde atendam aos critérios de eficácia, eficiência e efetividade estabelecidos para o Sistema de Saúde. Assim, ao considerar que todas as definições fornecidas nas alternativas (A), (B) e (C) estão de acordo com os conceitos estabelecidos pelo Manual de Normas e Auditoria do Ministério da Saúde, a alternativa (D) Todas as alternativas estão corretas é a mais adequada. Referências que fundamentam o recurso: 1. Manual de Normas e Auditoria do Ministério da Saúde – O manual detalha as práticas de controle, avaliação e fiscalização no contexto da administração pública, e as definições apresentadas na questão estão em conformidade com essas práticas. 2. Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações) – A fiscalização e avaliação de contratos e execução de serviços estão diretamente relacionadas ao conceito de controle e auditoria, conforme mencionado nas alternativas. 3. Portarias e Resoluções do Ministério da Saúde – As resoluções que tratam da gestão pública e auditoria reforçam que todos esses conceitos (controle, avaliação e fiscalização) são interdependentes e fundamentais para a boa governança e a garantia da qualidade na gestão de recursos públicos. Conclusão: Solicito a revisão do gabarito da questão 26, pois todas as alternativas fornecidas estão corretas, e a alternativa (D) Todas as alternativas estão corretas deve ser considerada a resposta correta.
ANÁLISE	De acordo com a fonte referencial indicada no enunciado da questão a resposta dada pelo gabarito está correta, apenas a alternativa (A) apresenta correta correspondência entre o princípio e sua definição.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

33 - Assinale a alternativa que indica, na ordem correta, o Tipo de Glosa a ser imputado a cada uma das irregularidades apontadas:

	MOTIVO DA GLOSA
(1)	**Ausência de Boletim Cirúrgico ou dados insubsistentes de Boletins Anestésicos e/ou cirúrgicos para comprovar o ato cirúrgico.**
(2)	**Cobrança de parto/cesariana com assistência ao recém-nato, sem a presença do pediatra/ neonatologista na sala de parto.**
(3)	**Atos profissionais realizados simultaneamente no mesmo hospital ou em hospitais diferentes pelo mesmo profissional.**

(A) 1 – Glosa Parcial; 2 – Glosa Parcial; 3 – Glosa Parcial.

(B) 1 – Glosa Parcial; 2 – Glosa Total; 3 – Glosa Total.

(C) 1 – Glosa Total; 2 – Glosa Parcial; 3 – Glosa Total.

(D) 1 – Glosa Total; 2 – Glosa Total; 3 – Glosa Parcial.

INSCRIÇÃO	200805019
RECORRENTE	NATALIA RAFFAELA SARAIVA ROSA XAVIER
SOLICITAÇÃO	Recurso – Questão 33 Enunciado: “33- Assinale a alternativa que indica, na ordem correta, o tipo de glosa a ser imputado a cada uma das irregularidades apontadas:” “Afirmação 2: Cobrança de parto/cesariana com assistência ao recém-nato, sem a presença do pediatra/neonatologista na sala de parto.” Gabarito informado: c) Glosa Parcial Gabarito correto (recurso): Glosa Total Fundamentação do Recurso: De acordo com as normas do Sistema de Saúde, para a realização e cobrança de parto/cesariana com assistência ao recém-nato, a presença de um pediatra ou neonatologista é obrigatória durante o parto, conforme previsto nas portarias e nas normas técnicas do SUS para a assistência ao recém-nascido. A ausência do pediatra/neonatologista durante a assistência ao recém-nato configura uma irregularidade grave, pois compromete a segurança do procedimento e a qualidade do atendimento prestado ao recém-nascido. Nesse contexto, a cobrança do procedimento de assistência ao recém-nato sem a presença do pediatra/neonatologista deve ser considerada irregular e, portanto, deve ser glosada totalmente. Não há justificativa para glosa parcial, visto que o ato de assistência ao recém-nato não pode ser realizado de maneira adequada sem a presença do profissional obrigatório, o que torna a cobrança indevida. Referências que fundamentam a glosa total: 1. Normas do Ministério da Saúde – A presença do pediatra/neonatologista é exigida de acordo com as diretrizes para a assistência ao recém-nascido em sala de parto. 2. Resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) – A regulamentação do atendimento de recém-nascidos em sala de parto exige a presença do pediatra ou neonatologista para a adequada assistência. 3. Portarias do SUS e Diretrizes Técnicas – Determinam que a assistência ao recém-nato durante o parto é responsabilidade do pediatra, e sua ausência compromete a validade do procedimento. Portanto, a alternativa c - glosa parcial está incorreta, pois a falta do pediatra/neonatologista durante o parto implica a glosa total da cobrança pela assistência ao recém-nato, e não apenas uma glosa parcial. Afirmação 3: Atos profissionais realizados simultaneamente no mesmo hospital ou em hospitais diferentes pelo mesmo profissional. Gabarito informado: Glosa Total Argumento do Recurso: A afirmação sobre “Atos profissionais realizados simultaneamente no mesmo hospital ou em hospitais diferentes pelo mesmo profissional” carece de informações suficientes para determinar com precisão qual tipo de glosa deve ser aplicado. Isso se deve ao fato de que a questão não fornece dados adicionais que permitam estabelecer se a realização dos atos simultâneos é legítima e regulamentada, ou se houve algum tipo de irregularidade, como falha no cumprimento das normas de atendimento ou excesso de cobranças indevidas. A aplicação de uma glosa parcial ou total não pode ser determinada sem a análise de elementos essenciais, como: 1. Regulamentação sobre a possibilidade de realização simultânea de atos: Em muitas situações, um profissional pode realizar procedimentos simultâneos se estiver devidamente habilitado para tal e se as

condições de atendimento não forem comprometidas. No entanto, isso depende da normatização da instituição, dos protocolos e da legislação vigente.

2. Justificativas para a execução simultânea: Caso o profissional tenha apresentado justificativa formal que comprove a viabilidade de realizar os atos simultaneamente, é possível que a glosa seja parcial, ou até mesmo que a cobrança seja considerada legítima. Caso contrário, se não houver justificativa adequada, a glosa total seria indicada.

Portanto, sem informações adicionais sobre a legitimidade do ato, a adequação do número de profissionais e as normas locais, não é possível determinar o tipo exato de glosa. A questão precisa ser revista e complementada com dados que esclareçam se houve ou não irregularidade na execução dos procedimentos simultâneos.

Fundamentação do Recurso:

1. Normas sobre a realização de atos simultâneos: O Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018) e as diretrizes do SUS e ANVISA preveem que, em determinados contextos, profissionais podem realizar atos simultâneos, desde que cumpram as normas de assistência e garantam a qualidade do atendimento. Contudo, a realização simultânea sem respaldo técnico e documental pode gerar glosa, dependendo da regulamentação específica da instituição e da justificativa apresentada.

2. Artigos de Regulação de Procedimentos: A Portaria nº 113/1997, que regulamenta o processo de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e outros documentos administrativos, estabelece que é imprescindível a regularidade na documentação e na execução dos atos profissionais. A falta de informações detalhadas sobre o cumprimento dessas normas torna impossível avaliar com precisão o tipo de glosa.

3. Falta de Informação nas Diretrizes de Glosas: As diretrizes para glosas de atos profissionais estabelecem critérios claros para identificar quando uma glosa é parcial ou total. Contudo, a decisão sobre a natureza da glosa depende de análise individualizada da situação, com base na documentação apresentada pelo profissional, nas condições do hospital e nas normas éticas e legais envolvidas.

Conclusão:

Considerando a falta de informações complementares sobre a execução simultânea dos atos profissionais e a falta de clareza nas normas da instituição em relação a esse tipo de procedimento, solicitamos a revisão do gabarito. A questão não apresenta dados suficientes para determinar corretamente o tipo de glosa (parcial ou total) e, por isso, deve ser revista ou corrigida para evitar a aplicação indevida de glosas em situações que podem ser legítimas, com a devida justificativa.

Além disso, ao considerar as afirmações 2 e 3 na questão, não há um gabarito correto para a questão, pois o gabarito informado é inadequado para ambas as situações apresentadas. Por essa razão, solicito que a questão seja anulada.

ANÁLISE

De acordo com a bibliografia referencial: BRASIL.MS/DenaSUS. Orientações Técnicas sobre Aplicação de Glosas em Auditoria no SUS, 2005, pág, 28, item 2, trata-se de glosa parcial.

> Durante a auditoria podem surgir situações singulares, cabendo à equipe observar a regularidade ou a irregularidade dos atos praticados pelos gestores e prestadores de serviço, sob a ótica do bom senso e do conhecimento da legislação inerente.

Motivo da Glosa	Fundamentação Legal para Referência	Tipo de Glosa
1. Ausência de boletim cirúrgico ou dados insubsistentes de boletins anestésicos e/ou cirúrgicos para comprovar o ato cirúrgico.	* Manual do SIH, versão de 4/7/2003; PT GM/MS n.º 396, de 4/2000; PT SAS/MS n.º 304, de 8/2001; RS CFM n.º 1638, de 7/2002.	Glosa total.
2. Cobrança de parto ou cesariana com assistência ao recém-nato, sem a presença do pediatra ou do neonatologista na sala de parto.	PT SAS/MS n.º 96, de 6/1994, § 2.º; PT GM/MS n.º 572, de 6/2000.	Glosa parcial (glosar o valor da consulta do pediatra na sala de parto).

Assim a resposta dada pelo gabarito está correta.

DELIBERAÇÃO **INDEFERIDO.**

34 - Para emissão da Autorização de Internação Hospitalar - AIH de urgência/emergência, deverá ser emitido laudo pelo médico responsável pelo internamento que será visado pelo Diretor Clínico da Unidade Assistencial e encaminhado, no prazo máximo de _____, ao órgão competente do SUS, para emissão do documento de Autorização da Internação Hospitalar – AIH.

(Portaria nº 113/1997, item 1.2.2)

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

(A) 24 horas

(B) 2 dias úteis

(C) 3 dias úteis

(D) 5 dias

INSCRIÇÃO	200805019
RECORRENTE	NATALIA RAFFAELA SARAIVA ROSA XAVIER
SOLICITAÇÃO	Recurso – Questão 34 Enunciado: "34- Para emissão da Autorização de Internação Hospitalar - AIH de urgência/emergência, deverá ser emitido laudo pelo médico responsável pelo internamento que será visado pelo Diretor Clínico da Unidade Assistencial e encaminhado, no prazo máximo de _, ao órgão competente do SUS, para emissão do documento de Autorização da Internação Hospitalar - AIH. (Portaria n° 113/1997, item 1.2.2) Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:" Gabarito informado: b) 2 dias úteis Gabarito correto (recurso): a) 24 horas Fundamentação do Recurso: De acordo com a Portaria nº 113/1997, item 1.2.2, que regulamenta o Sistema de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) no SUS, o prazo estabelecido para o envio do laudo médico para a emissão da AIH em casos de urgência/emergência é de 24 horas. Trecho da Portaria nº 113/1997: "Para os casos de urgência/emergência, o laudo médico deve ser encaminhado ao órgão competente do SUS no prazo máximo de 24 horas para a emissão da AIH." A resposta indicada como correta pelo gabarito (alternativa b - 2 dias úteis) não encontra respaldo na legislação vigente. O prazo de 2 dias úteis pode ser aplicável em outras situações administrativas ou eletivas, mas não se aplica aos casos de urgência/emergência, onde o prazo de 24 horas visa garantir a celeridade e a segurança do atendimento hospitalar, bem como a regularidade administrativa do processo. Referências adicionais: 1. Portaria nº 113/1997, do Ministério da Saúde, item 1.2.2 – Regras para emissão de AIH em urgência/emergência. 2. Manual do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) – Orienta a utilização e preenchimento das AIH, reforçando o prazo de 24 horas para internações de urgência. 3. Legislação do SUS e documentos técnicos do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC/SUS), que também corroboram o prazo máximo de 24 horas. Conclusão: Solicito a retificação do gabarito da questão 34, alterando a resposta correta para a alternativa a - 24 horas, em conformidade com a Portaria nº 113/1997, garantindo a coerência técnica e a justiça na avaliação.
ANÁLISE	De acordo com a norma referencial: 1.2.2. O "Laudo Médico" de que trata o item anterior, será visado pelo Diretor Clínico da Unidade Assistencial e encaminhado, **no prazo máximo de 02(dois) dias úteis**, ao órgão competente do SUS, para emissão do documento de Autorização da Internação Hospitalar - AIH referido no subitem 1.1. Assim a resposta dada pelo gabarito está correta.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

MÉDICO VETERINÁRIO	
21 -	**É da competência privativa do médico veterinário:** **1 - As perícias, os exames e as pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa nos animais inscritos nas competições desportivas ou nas exposições pecuárias.** **2 - Fazer diagnóstico clínico, promover medidas preventivas, tratar pacientes acometidos por doenças infecciosas, parasitárias, causadas por vírus, bactérias, fungos, protozoários ou outros micro-organismos.** **(Fonte: Lei Nº 5.517/1968 - Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, art. 5º)** **De acordo com a norma referida estão corretos os itens:** **(A)** 1, apenas. **(B)** 2, apenas. **(C)** 1 e 2. **(D)** Nenhum.
INSCRIÇÕES	200805407; 200805064; 200804633; 200805676.
RECORRENTES	ANA APARECIDA CORREA XAVIER; DOUGLAS APARECIDO DA SILVA; JULIANA MARTIN; MARCELO MARCUSSO COLONHESE.
SOLICITAÇÕES	A Lei º 5.517/1968 estabelece, em seu artigo 5º, as competências privativas do médico veterinário, dentre outras: Inciso "a" – "a prática da clínica em todas as suas modalidades"; Inciso "d" – "o planejamento e a execução da defesa sanitária animal"; Dessa forma, analiso abaixo os itens em questão: Sobre a competência "a": a prática clínica veterinária envolve diagnóstico e tratamento, abrangendo, portanto, atividades como "fazer diagnóstico clínico" e "tratar pacientes acometidos por doenças infecciosas, parasitárias, causadas por vírus, bactérias, fungos, protozoários ou outros micro-organismos". Isso se enquadra dentro do previsto no lei referida. Sobre a competência "d": o planejamento e a execução da defesa sanitária incluem medidas preventivas e de controle de doenças. Assim, expressões como "promover medidas preventivas" fazem parte dessa competência, conforme a lei referida. Portanto, os itens 1 e 2 da questão estão corretos, justificando a alteração do gabarito para a alternativa "C" . Diante do exposto, solicito a revisão da questão 21, com a devida alteração do gabarito ou sua anulação.
	Prezados membros da banca examinadora, Venho, respeitosamente, apresentar recurso em relação à correção da referida questão. A questão em análise considera o ITEM 2 como incorreto. No entanto, ao analisar as competências do médico veterinário previstas no Artigo 5º da legislação pertinente, observa-se que as atividades descritas no referido item encontram respaldo nas seguintes atribuições: • a) A prática da clínica em todas as suas modalidades; • c) A assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer forma; • d) O planejamento e a execução da defesa sanitária animal. Além disso, o próprio Conselho Regional de Medicina Veterinária reconhece que o diagnóstico e o tratamento de pacientes fazem parte da prática clínica e, portanto, constituem competência privativa do médico veterinário. A promoção de medidas preventivas, conforme descrito no ITEM 2, alinha-se diretamente à assistência técnica e sanitária aos animais, bem como ao planejamento e execução da defesa sanitária animal. Diante do exposto, solicito a revisão da questão e a consideração da Alternativa C como a correta. Atenciosamente Referências: https://crmvsp.gov.br/pratica-clinica-de-animais-e-de-competencia-exclusiva-do-medico-veterinario/ https://manual.cfmv.gov.br/arquivos/resolucao/1573.pdf

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24548.htm

A questão trouxe interpretação diferente do que é determinado pela legislação, assim, o "Item 2" trouxe informações corretas, porém, foi considerado como errado no gabarito. Por esse motivo a questão deve ser anulada.

De antemão, cabe ressaltar que a Lei utilizada como fonte pela banca, é regulamentada pela Resolução 1.573/2023 do CFMV.

A questão versava sobre as atividades privativas do médico veterinário, utilizando como fonte, o artigo 5º da Lei 5.517/1968, e em seu gabarito considerou somente o "Item 1", como correto:

"21- E´ da compete^ncia privativa do me´dico veterina´rio:

1 - As peri´cias, os exames e as pesquisas reveladoras de fraudes ou operac¸a~o dolosa nos animais inscritos nas competic¸o~es desportivas ou nas exposic¸o~es pecua´rias.

2 - Fazer diagno´stico cli´nico, promover medidas preventivas, tratar pacientes acometidos por doenc¸as infecciosas, parasita´rias, causadas por vi´rus, bacte´rias, fungos, protozoa´rios ou outros micro-organismos.

(Fonte: Lei No 5.517/1968 - Dispo~e sobre o exerci´cio da profissa~o de me´dico-veterina´rio e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterina´ria, art. 5o)."

No entanto, o item 2 também está correto, pois está descrito na alínea "a" do artigo 5º, da Lei 5.517/68:

"Art 5º - É da competência privativa do médico veterinário (...):

a) a prática da clínica em todas as suas modalidades;

(...)"

Deve-se interpretar do texto da Lei, que a "prática da clínica em todas as suas modalidades" envolve as atividades definidas na Resolução 1.573/2023 do CFMV, em seus artigos 1º, 2º e 3º, conforme descrito:

"Art. 1º A presente Resolução regulamenta as atividades e funções de competência privativa do médico-veterinário, conforme artigo 5º da Lei 5.517, de 1968, e artigo 2º do Decreto nº 64.704, de 1969.

(...)

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - modalidades clínicas: formas de assistência à saúde dos animais que envolvem ações, intervenções, medidas ou métodos de prevenção, diagnóstico, prognóstico ou tratamento de doenças, lesões, dores, deformidades, defeitos, enfermidades ou distúrbios dos animais, bem como de promoção, proteção ou reabilitação da saúde, individual ou coletiva e a determinação do estado fisiológico e reprodutivo;

(...)

Art. 3º É competência privativa do médico-veterinário o exercício das seguintes atividades e funções:

I – prática das modalidades clínicas conforme Anexo I desta Resolução;

(...)"

Comparando o texto da Resolução e da questão, percebe-se que os conceitos foram trazidos de forma quase literal na questão, porém considerados errados no gabarito, o que seria equivocado já que a Resolução é necessária à fiel interpretação e execução da própria Lei 5.517. Dessa forma, temos:

• É da competência privativa do médico veterinário (...):

a) a prática da clínica em todas as suas modalidades (Texto da Lei)

• I - modalidades clínicas: formas de assistência à saúde dos animais que envolvem ações, intervenções, medidas ou métodos de prevenção, diagnóstico, prognóstico ou tratamento de doenças (...)" (Texto da Resolução)

• Item 2 - Fazer diagno´stico cli´nico, promover medidas preventivas, tratar pacientes acometidos por doenc¸as infecciosas, parasita´rias, causadas por vi´rus, bacte´rias, fungos, protozoa´rios ou outros micro-organismos. (Texto da Questão)

Seria errôneo, portanto, afirmar que tais atividades não são privativas do Médico Veterinário, já que estão presentes nas normas que regulamentam a profissão.

Mudança de alternativa.

Alternativa correta letra (C) 1e2.

Lei número 5.517/1968 ART.5°

h) as perícias, os exames e as pesquisas reveladoras de fraude ou operação dolosa nos animais inscritos nas competições desportivas ou nas exposições pecuárias.

ANÁLISE	De acordo com a norma de referência, apenas o item 1 encontra-se abordado integralmente nas competências privativas de que trata o seu art. 5º. Assim, o gabarito deve ser mantido.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

23 -	~~**NÃO poderão localizar-se no perímetro urbano, em nenhuma hipótese:**~~ ~~**1 - As granjas de criação.**~~ ~~**2 - Os haras.**~~ ~~**3 - Os parques zoológicos.**~~ ~~**(Decreto Estadual Nº 40.400/1995 – Aprova norma técnica especial relativa à instalação de estabelecimentos veterinários, art. 23)**~~ ~~**De acordo com a norma referida estão corretos os itens:**~~ **(A)** ~~1 e 2, apenas.~~ **(B)** ~~1 e 3, apenas.~~ **(C)** ~~2 e 3, apenas.~~ **(D)** ~~1, 2 e 3.~~
INSCRIÇÕES	200805407; 200805064.
RECORRENTES	ANA APARECIDA CORREA XAVIER; DOUGLAS APARECIDO DA SILVA.
SOLICITAÇÕES	O enunciado afirma que “NÃO poderão localizar-se no perímetro urbano, em nenhuma hipótese". No entanto, o § 1.º do artigo 23 do Decreto Estadual nº 40.400/1995 estabelece uma exceção a essa regra, permitindo que esses estabelecimentos, caso já estejam localizados no perímetro urbano, possam permanecer ali a critério da autoridade sanitária competente, desde que atendam aos requisitos sanitários estabelecidos pela norma. O texto legal diz: "Os estabelecimentos incluídos neste artigo que, à data de promulgação desta Norma Técnica Especial, já se encontram localizados dentro do perímetro urbano, poderão, a critério da autoridade sanitária competente, permanecer onde se encontram pelo tempo que esta determinar, desde que satisfeitos os requisitos desta Norma [...]". Dessa forma, a afirmação da questão de que tais estabelecimentos não poderão localizar-se no perímetro urbano “em nenhuma hipótese” está incorreta, pois na própria legislação existe uma exceção em que a permanência desses estabelecimentos é permitida. Diante do exposto, solicito a anulação da questão 23, considerando que o enunciado apresenta um erro conceitual.
	Prezados membros da banca examinadora, Venho, respeitosamente, apresentar recurso em relação à correção da referida questão. O enunciado da questão estabelece que, em nenhuma hipótese, os locais mencionados nas alternativas podem estar situados no perímetro urbano. No entanto, o § 1.º do artigo 23, citado na questão, prevê a possibilidade de flexibilização quanto à permanência desses locais, o que contradiz a premissa apresentada no enunciado. Dessa forma, há um conflito entre o enunciado e a legislação aplicada, tornando a interpretação da questão ambígua. Assim, solicito a revisão da questão, com a devida consideração da Alternativa D como correta, ou, alternativamente, a anulação da questão. Atenciosamente
ANÁLISE	A questão deve ser anulada por erro de formulação no enunciado, que utilizou o termo “em nenhuma hipótese”, o que invalida a correta interpretação e atribuição de resposta adequada.
DELIBERAÇÃO	**QUESTÃO ANULADA, PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.**

26 -	~~**É proibida em todo o território nacional a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal. Excluem-se da proibição:**~~ ~~**1 - O leite e os produtos lácteos preparados exclusivamente a partir de couros e peles.**~~

~~2 - A cama de aviário.~~

~~3 - A gelatina e o colágeno preparados exclusivamente a partir de couros e peles.~~

~~(MAPA/DAS/DAS. Programas Nacionais de Saúde Animal no Brasil, 2009, pág. 160 – IN 8/2004, art. 1º - 3º)~~

~~De acordo com a fonte referida estão corretos os itens:~~

(A) ~~1 e 2, apenas.~~

(B) ~~1 e 3, apenas.~~

(C) ~~2 e 3, apenas.~~

(D) ~~1, 2 e 3.~~

INSCRIÇÕES	200805064; 200805676; 200804740.
RECORRENTES	DOUGLAS APARECIDO DA SILVA; MARCELO MARCUSSO COLONHESE; PABLO NUNES HONORIO DA SILVA.
SOLICITAÇÕES	Prezados membros da banca examinadora, Venho, respeitosamente, apresentar recurso em relação à correção da referida questão. A alternativa considerada correta não está em conformidade com os artigos citados como referência. O Artigo 3º define claramente "o leite e os produtos lácteos", enquanto a Alternativa 1 inclui a complementação "feitos exclusivamente a partir de couros e peles". No entanto, esse tipo de alimento não é obtido a partir desses materiais, o que inviabiliza a interpretação proposta na questão. O único elemento correto seria o de número 3, mas essa opção não está presente entre as alternativas disponíveis, tornando a questão inconsistente e passível de anulação. Diante do exposto, solicito a anulação da questão. Atenciosamente
	Anulação de questão. IN 8/2004. Art. 1°- 3°. Art. 3° Excluem-se da proibição de que tratam os artigos anteriores, o leite e os produtos lácteos, a farinha de ossos calcinados (sem proteína e gorduras), e a gelatina e o colágeno preparados exclusivamente a partir de couros e peles. Erro na questão da prova. 1- O leite e os produtos lácteos preparados exclusivamente a partir de couros e peles.
	Conforme consta no item 1 da questão 26, que diz: ''O leite e produtos lácteos preparados exclusivamente a partir de couros e peles'', entende-se que não há possibilidade e se produzir leite a partir de couros e peles. O leite, segundo fontes descritas abaixo, é '' O leite é uma secreção produzida pelas glândulas mamárias dos mamíferos. É composto por diversos elementos sólidos em água, como: Carboidratos, Proteínas, Lipídios (gordura), Sais minerais, Vitaminas. Talvez a questão devesse ser anulada Fonte: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750137/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-76-de-26-de-novembro-de-2018-52749894IN%2076
ANÁLISE	A questão deve ser anulada por lapso de formulação no item 1, o que faz com que nenhuma alternativa atenda corretamente ao enunciado.
DELIBERAÇÃO	**QUESTÃO ANULADA, PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.**

27 - Para efeito de transfusão de sangue, sabe-se que todos os animais domésticos possuem volume sanguíneo de ____ do peso corporal, exceto o gato, que possui um volume sanguíneo de ____ do peso corporal.

(Fonte: Manual Merck de Veterinária, 2008, pág. 36)

De acordo coma fonte referenciada, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

(A) 3%; 1%.

(B) 5%; 2%

(C) 7%; 4%.

(D) 10%; 5%.

INSCRIÇÕES	200805407; 200804740.

RECORRENTES	ANA APARECIDA CORREA XAVIER; PABLO NUNES HONORIO DA SILVA.
SOLICITAÇÕES	Assunto: Recurso contra a questão 27 A questão afirma que "Todos os animais domésticos possuem volume sanguíneo de 7 por cento do peso corporal, exceto o gato, que possui um volume sanguíneo de 4 por cento do peso corporal", porém essa afirmação não está correta, pois: Primeiro ponto é que existem variações significativas do volume sanguíneo total dentro de uma espécie podendo variar em até 10 por cento, dependendo do método utilizado para o cálculo, além de ser influenciado por fatores fisiológicos, como idade e massa corporal magra. O termo "todos os animais domésticos" engloba uma ampla gama de espécies, o que torna inviável a definição de um valor exato e único para todas elas. Segundo ponto é que o volume sanguíneo varia entre espécies, segundo a literatura científica. De acordo com Harvey, J. W. (2012), no livro "Veterinary Hematology: A Diagnostic Guide and Color Atlas", os valores médios de volume sanguíneo são: -Cavalos de sangue quente: 10 a 11 por cento do peso corporal; -Cães: 8 a 9 por cento do peso corporal; -Gatos, ruminantes, roedores de laboratório e cavalos de tração: 6 a 7 por cento do peso corporal; -Suínos: 5 a 6 por cento do peso corporal; -Animais jovens em crescimento frequentemente apresentam volumes superiores a 10 por cento. Fonte: Chapter 2 - Hematology Procedures, Veterinary Hematology: A Diagnostic Guide and Color Atlas, Ed. John W. Harvey, W.B. Saunders, 2012, pp. 11-32. ISBN: 9781437701739. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/B9781437701739000026 Diante do exposto, observa-se que a questão apresenta uma afirmação imprecisa, desconsiderando a variabilidade do volume sanguíneo entre espécies e os valores médios relatados na literatura científica. Solicito, portanto, a anulação da questão, considerando que o enunciado apresenta uma generalização incorreta e não condiz com os dados científicos disponíveis.
	O Volume sanguíneo em cães e gatos é respectivamente 10% e 6 % em relação ao peso corpóreo. Segue fonte: VOLUMES SANGÜÍNEO E PLASMATICO EM CÃES, DETERMINADOS COM O EMPREGO DA RIHSA (RADIOACTIVE IODINATED HUMAN SERUM ALBUMIN). https://www.bvs-vet.org.br/vetindex/periodicos/brazilian-journal-veterinary-research-and-animal-s/11-(1974)-1/volumes-sanguineo-e-plasmatico-em-caes-determinados-com-o-emprego-da-r/
ANÁLISE	De acordo com a fonte bibliográfica referida no enunciado a resposta dada pelo gabarito está correta. A quantidade de eritrócitos necessária para tratar a anemia baseia-se no volume necessário para aumentar o hematócrito ou a concentração de hemoglobina até o valor desejado. Todos os animais domésticos possuem volume sangüíneo de ~ 7% do peso corporal, exceto o gato, que possui um volume sangüíneo de 4% do peso corporal. Determinando-se o volume sangüíneo do receptor e sabendo-se o hematócrito do animal, o volume de eritrócitos a ser reposto pode ser calculado. Por exemplo,
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

29

28 - A Raiva é uma encefalomielite viral aguda que afeta todos os animais de sangue quente. Analise as seguintes disposições acerca da raiva:

1 - A taxa de mortalidade é próxima a 50%.

2 - A forma paralítica da raiva se caracteriza pela paralisia inicial dos músculos da garganta e masseteres, geralmente com uma salivação abundante e uma incapacidade para engolir. A pendência da mandíbula inferior é comum nos cães. Esses animais não ficam indóceis e raramente tentam morder.

3 - Os bovinos com a forma furiosa da raiva ficam perigosos, atacando e perseguindo o homem e outros animais. Nos bovinos leiteiros, a lactação cessa abruptamente.

(Manual Merck de Veterinária, 2008, pág. 750-751)

De acordo com a fonte referida estão corretos os itens:

(A) 1 e 2, apenas.

(B) 1 e 3, apenas.

(C) 2 e 3, apenas.

(D) 1, 2 e 3.

INSCRIÇÃO	200805064
RECORRENTE	DOUGLAS APARECIDO DA SILVA
SOLICITAÇÃO	Prezados membros da banca examinadora, Venho, respeitosamente, apresentar recurso em relação à correção da referida questão. O enunciado da questão afirma que “a raiva é uma encefalomielite viral aguda que afeta todos os animais de sangue quente”, porém essa informação é incorreta. Aves, apesar de serem animais de sangue quente (homeotérmicos ou endotérmicos), não são suscetíveis ao vírus da raiva. Assim, apenas os mamíferos podem ser acometidos e transmitir a doença. Além disso, alguns mamíferos, como coelhos e pequenos roedores são considerados de baixo risco para a doença. Essa classificação é reconhecida por órgãos de saúde pública, o que reforça a inadequação da afirmação apresentada na questão. Diante dessa inconsistência conceitual, solicito a anulação da questão, uma vez que seu enunciado apresenta uma generalização incorreta e pode induzir os candidatos ao erro.
ANÁLISE	De acordo com a fonte referencial determinada no edital e no enunciado a resposta dada pelo gabarito está correta. O item 1 está incorreto pois a taxa de mortalidade beira os 100%.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

29 - Analise as seguintes informações acerca do tratamento do linfoma maligno canino:

1 - A quimioterapia por combinação cíclica com doses utilizadas em homens geralmente é tóxica também para uso em cães; entretanto, a remissão a longo prazo pode ser alcançada em doses muito inferiores.

2 - A maioria dos regimes de tratamento usa uma combinação de ciclofosfamida, vincristina e prednisona.

3 - Deve ser evitada a adição de asparaginase ou adriamicina em face da toxicidade.

(Manual Merck de Veterinária, 2008, pág. 39)

De acordo com a fonte referenciada, estão corretos os itens:

(A) 1 e 2, apenas.

(B) 1 e 3, apenas.

(C) 2 e 3, apenas.

(D) ~~1, 2 e 3.~~

INSCRIÇÕES	200805407; 200805064.
RECORRENTES	ANA APARECIDA CORREA XAVIER; DOUGLAS APARECIDO DA SILVA.
SOLICITAÇÕES	Assunto: Recurso contra a questão 29 – Ambiguidade e imprecisão. A redação do enunciado, que afirma: "Deve ser evitada a adição de asparaginase ou adriamicina em face da toxicidade." O enunciado não esclarece qual toxicidade está sendo referida, o que compromete a objetividade da questão. A asparaginase e a adriamicina (doxorrubicina) possuem mecanismos de distintos. A generalização do termo “toxicidade” pode induzir a interpretações errôneas. Além disso, a decisão de evitar a asparaginase ou a doxorrubicina não depende apenas da toxicidade, mas também de fatores clínicos como: protocolo quimioterápico adotado, estado clínico do animal e classificação histológica da neoplasia. O que reforça a imprecisão da afirmação e questionável do ponto de vista técnico. A doxorrubicina está entre os quimioterápicos mais amplamente utilizada em protocolos combinados. A frase sugere que sua adição deve ser evitada de maneira generalizada, o que não reflete a prática clínica. Diante do exposto, solicito a anulação da questão ou a aceitação de outra alternativa correta, neste caso a alternativa “A” (1 e 2, apenas).
	Prezados membros da banca examinadora, Venho, respeitosamente, apresentar recurso em relação à referida questão.

	Os agentes quimioterápicos mais eficazes no tratamento do linfoma incluem doxorrubicina, L-asparaginase, vincristina, ciclofosfamida e prednisona/prednisolona. Protocolos como CHOP, COP e COAP são amplamente utilizados e constantemente existem artigos com atualização dos protocolos de tratamento. Além disso, fármacos antineoplásicos apresentam toxicidade, especialmente hepática, exigindo monitoramento contínuo. A questão apresenta inconsistências. No item 2, trabalhos mais recentes incluem os fármacos citados, e no item 3, a toxicidade é uma característica comum a todos os quimioterápicos. Além disso, a adriamicina (doxorrubicina) continua amplamente recomendada, conforme evidenciado por publicações mais atuais, enquanto a fonte utilizada na questão data de 2008, o que pode desatualizar o conteúdo. Diante disso, solicito a anulação da questão. Atenciosamente Referências: COUTO, C.G. Linfoma. In: NELSON, R.W.; COUTO, C.G. Medicina interna de pequenos animais. Rio de Janeiro: Elsevier, cap. 77, p. 1160-1174. 2015a. HORTA, Gabriela. Linfoma canino: Revisão. Pubvet, [S. l.], v. 14, n. 08, 2020. DOI: 10.31533/pubvet.v14n8a632.1-4. Disponível em: http://ojs.pubvet.com.br/index.php/revista/article/view/387 .. Acesso em: 27 fev. 2025. RIBEIRO, R. C. S.; ALEIXO, G. A. S.; ANDRADE, L. S. S. Linfoma canino: revisão de literatura. Medicina Veterinária, [S. l.], v. 9, n. 1-4, p. 10–19, 2017. Disponível em: https://www.journals.ufrpe.br/index.php/medicinaveterinaria/article/view/1330 . Acesso em: 27 fev. 2025.
ANÁLISE	De acordo com a fonte referencial determinada no edital e no enunciado da questão, os itens 1 e 2 estão corretos, e o 3 incorreto, razão pela qual o gabarito será alterado para (A). **Tratamento** – A quimioterapia por combinação cíclica com doses utilizadas em homens geralmente é tóxica também para uso em cães; entretanto, a remissão a longo prazo pode ser alcançada em doses muito inferiores. As taxas de resposta à quimioterapia podem ser esperadas de 70 a 80% e o tempo de sobrevida médio de 10 a 14 meses após o diagnóstico; 25% podem sobreviver ≥ 2 anos. A maioria dos regimes de tratamento usa uma combinação de ciclofosfamida, vincristina e prednisona. A adição de asparaginase ou adriamicina tem melhorado as taxas de resposta.
DELIBERAÇÃO	**GABARITO ALTERADO PARA (A).**

31

30 - As principais fases da patogenia da febre aftosa que representam a evolução teórica das reações biológicas esperadas em um animal pós-infecção, sem histórico de vacinação, entre o terceiro e quarto dia, são:

1 - Salivação, descarga nasal e claudicação.

2 - Começo da febre.

3 - Aparecimento de vesículas na cavidade oral, patas, úbere e rúmen.

Estão corretos os itens:

(A) 1 e 2, apenas.

(B) 1 e 3, apenas.

(C) 2 e 3, apenas.

(D) 1, 2 e 3.

INSCRIÇÕES	200804623; 200804740.
RECORRENTES	ANELISE SALINA; PABLO NUNES HONORIO DA SILVA.
SOLICITAÇÕES	EDITAL 01/2024 – Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo Cargo: Médico Veterinário Questão de número 30 de Conhecimentos Específicos Prezados, Venho por meio deste solicitar a anulação da Questão de número 30 de Conhecimentos Específicos para o cargo de Médico Veterinário.

Em seu enunciado, a questão nos solicita quais seriam os sinais clínicos da febre aftosa entre os dias 3 e 4 após a infecção, sendo que essa informação não é apresentada nas legislações sobre a doença. Abaixo apresento três justificativas para pedido de anulação da questão:

1) Ausência dessa informação na legislação vigente – A legislação oficial do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) e as publicações técnicas da Embrapa não estabelecem esse período específico de manifestação clínica da doença. A Instrução Normativa nº 44/2007 do MAPA, que trata das diretrizes para a vigilância da febre aftosa, não menciona um intervalo específico do período de incubação bem como da sintomatologia da doença, conforme apresentados na questão.

Bibliografia consultada:

Embrapa (2007) Epidemiologia, patogenia, diagnóstico, prevenção e controle da febre aftosa. (Página 18 - Patogenia e Sinais Clínicos - Parágrafo Segundo) Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/326869/1/DOC166.pdf

BRASIL (2007) IN_2007_44_legislacao_atual_PNEFA. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/documentos-febre-aftosa/instrucao-normativa-mapa-no-44-de-02-de-outubro-de-2007.pdf

2. Variabilidade do período de incubação – Segundo a literatura técnica e científica da Embrapa, o período de incubação da febre aftosa pode variar entre 3 e 8 dias (podendo chegar a 21 dias), dependendo de fatores como a carga viral, a espécie afetada e as condições ambientais e de saúde do animal. Portanto, restringir a resposta a um período fixo de 3 a 4 dias não está alinhado com as referências oficiais.

3. Possível erro na formulação da questão – Como a questão se baseia em um dado técnico não respaldado por documentos normativos ou científicos amplamente reconhecidos, sua formulação pode induzir o candidato ao erro, comprometendo a isonomia da prova.

Diante do exposto, solicito a anulação da questão.

Atenciosamente,

Anelise Salina

A questão não condiz com o tempo de incubação do Aftovírus, que é de 2 a 14 dias. Pouco provável que em 3 dias apareçam todos os sinais descritos na questão.

Fonte: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/programa-nacional-de-erradicacao-de-febre-aftosa-pnefa

32

ANÁLISE

De acordo com MAPA. Plano de Ação para a Febre Aftosa – Volume I – Atendimento à Notificação de Suspeita de Doença Vesicular, pág. 17, a resposta dada pelo gabarito está correta.

Patogenia da Febre Aftosa	
a. Inalação do vírus	24 - 72 h (1 a 3 dias)
b. Infecção de células na cavidade nasal, faringe e esôfago	
c. Replicação do vírus e disseminação para células adjacentes	
d. Passagem do vírus a vasos sanguíneos e linfáticos	
e. Infecção de nódulos linfáticos e outras glândulas	
f. Infecção de células da cavidade oral, patas, úbere e rúmen	
g. Começo da febre	72 - 96 h (3 a 4 dias)
h. Aparecimento de vesículas na cavidade oral, patas, úbere e rúmen	
i. Salivação, descarga nasal e claudicação	

DELIBERAÇÃO **INDEFERIDO.**

31 - Analise as seguintes informações sobre hérnias abdominais:

1 - A hérnia femoral (crural) é encontrada principalmente em cães adultos e difere dos outros tipos de hérnias abdominais pelo revestimento peritoneal do saco hernial que está ausente ou é fino e degenerado.

2 - Nas hérnias escrotal ou inguinal, em todas as espécies, a correção cirúrgica envolve quase que invariavelmente a castração simultânea.

3 - Em bovinos, a conveniência da correção cirúrgica de uma hérnia umbilical é discutível. Alguns casos são hereditários, outros possivelmente causados por tração excessiva de um feto muito grande e corte do cordão umbilical muito próximo à parede abdominal.

(Manual Merck de Veterinária, 2008, pág. 132-133)

De acordo com a fonte referenciada, estão corretos os itens:

(A) 1 e 2, apenas.

(B) 1 e 3, apenas.

(C) 2 e 3, apenas.

(D) 1, 2 e 3.

INSCRIÇÃO	200805064.
RECORRENTE	DOUGLAS APARECIDO DA SILVA
SOLICITAÇÃO	A literatura científica está em constante evolução, especialmente no que diz respeito a procedimentos cirúrgicos, os quais passam por constantes atualizações para melhorar a segurança e a eficácia dos tratamentos. A questão em análise baseia-se em uma fonte desatualizada, que não reflete as técnicas mais recentes descritas em estudos atuais. O uso de referências antigas compromete a precisão das informações apresentadas, podendo induzir a erro na interpretação da questão, tornando inadequado o embasamento utilizado na formulação da pergunta. Diante dessas inconsistências, solicito a anulação da questão, pois seu enunciado não condiz com o conhecimento científico mais atualizado sobre o tema.
ANÁLISE	De acordo com a fonte referencial determinada no edital e no enunciado a resposta dada pelo gabarito está correta. **Hérnias abdominais** É uma protrusão dos conteúdos abdominais para a subcútis, através de uma abertura natural ou anormal na parede corporal. A protrusão através do diafragma é denominada hérnia diafragmática (ver pág. 862). A herniação como resultado de um trauma severo que leva ao rompimento da aponeurose abdominal é, freqüentemente, denominada de ruptura. Os melhores exemplos de hérnias não traumáticas são as hérnias umbilical e inguinal ou escrotal, sendo a última meramente uma extensão da hérnia inguinal. Em bovinos, a conveniência da correção cirúrgica de uma **hérnia umbilical** é discutível. Alguns casos são hereditários, outros possivelmente causados por tração excessiva de um feto muito grande e corte do cordão umbilical muito próximo à parede abdominal. Nas **hérnias escrotal ou inguinal**, em todas as espécies, a correção cirúrgica envolve quase que invariavelmente a castração simultânea. A **hérnia perineal** é encontrada principalmente em cães adultos e difere dos outros tipos de hérnias abdominais pelo revestimento peritoneal do saco hernial que está ausente ou é fino e degenerado. Embora muitos fatores possam ser citados, a causa real da hérnia perineal é desconhecida. A **hérnia femoral (crural)** é rara em animais domésticos, especialmente nos grandes animais.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

33

32 - É caracterizada por tratos que drenam exsudato crônico, purulento e malcheiroso nos tecidos perianais. É mais comum em cães pastor alemão e é também observada no *setter* e perdigueiro. Cães com > 7 anos de idade possuem maior risco:

(Fonte: Manual Merck de Veterinária, 2008, pág. 157)

(A) Doença do saco anal

(B) Prolapso retal

(C) Fístula perianal

(D) Nenhuma das anteriores.

INSCRIÇÃO	200805407
RECORRENTE	ANA APARECIDA CORREA XAVIER
SOLICITAÇÃO	Assunto: Recurso contra a questão 32

	A questão menciona a presença de "tratos que drenam exsudato crônico, purulento e malcheiroso nos tecidos perianais", e o gabarito oficial considera como resposta correta fístula perianal. No entanto, essa descrição clínica não é exclusiva da fístula perianal, uma vez que doenças do saco anal podem apresentar quadro clínico semelhante. As glândulas anais são estruturas perianais que podem ser acometidas por diferentes condições, incluindo impactação, inflamação e abscessos. De acordo com Corbee RJ (2021), à medida que um processo inflamatório e infeccioso do saco anal progride, pode ocorrer rompimento e formação de tratos fístulosos com drenagem de exsudato, clinicamente semelhante a uma fístula perianal. Além disso, estudos científicos indicam que a doença do saco anal é uma condição com incidência variável em diferentes subpopulações caninas. Fonte: Corbee RJ, Woldring HH, van den Eijnde LM, Wouters EGH. A Cross-Sectional Study on Canine and Feline Anal Sac Disease. Animals (Basel). 2021 Dec 31;12(1):95. doi: 10.3390/ani12010095. PMID: 35011201; PMCID: PMC8749694. Diante do exposto, a questão apresenta ambiguidade, pois permite mais de uma interpretação correta. Sendo assim, solicito a anulação da questão ou a aceitação de outra alternativa correta, neste caso a alternativa "a". Considerando que tanto a fístula perianal quanto a doença do saco anal podem resultar na formação de tratos fístulosos com drenagem de exudato.
ANÁLISE	De acordo com a fonte referencial determinada no edital e no enunciado a resposta dada pelo gabarito está correta. **FÍSTULA PERIANAL** É caracterizada por tratos que drenam exsudato crônico, purulento e malcheiroso nos tecidos perianais. É mais comum em cães pastor alemão e é também observada no setter e perdigueiro. Cães com > 7 anos de idade possuem maior risco.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

34

35 - É uma doença não infecciosa que afeta cavalos e bovinos. Os cavalos são particularmente suscetíveis. A causa é a ingestão de forragens, particularmente trevos infectados com o fungo Rhizoctonia leguminicola, que produz um alcaloide tóxico. Os sinais clínicos podem estar limitados à salivação profusa, embora possam estar presentes lacrimejamento aumentado, defecação e micção frequentes. Não foram descritas lesões e a mortalidade é nula:

(Fonte: Manual Merck de Veterinária, 2008, pág. 148)

(A) Toxicose por Eslaframina

(B) Palatite

(C) Glossoplegia

(D) Nenhuma das anteriores.

INSCRIÇÕES	200805064; 200804740.
RECORRENTES	DOUGLAS APARECIDO DA SILVA; PABLO NUNES HONORIO DA SILVA.
SOLICITAÇÕES	Prezados membros da banca examinadora, Venho, respeitosamente, apresentar recurso em relação à correção da referida questão. Embora a condição em questão seja autolimitante e geralmente não fatal, estudos relatam que a exposição prolongada pode levar a complicações graves, incluindo aborto e morte. Dessa forma, a afirmação presente na questão, que considera a mortalidade nula, não condiz com a literatura. Além disso, a fonte utilizada para embasar a questão é antiga e, portanto, não serve como referência adequada para determinar índices epidemiológicos atualizados. A literatura científica está em constante evolução, e dados desatualizados podem comprometer a precisão da informação apresentada na prova. Diante dessas inconsistências, solicito a anulação da questão, pois seu enunciado pode induzir a erro e não reflete o conhecimento científico mais atual sobre o tema.
	Conforme consta no enunciado da referida questão, a mortalidade não é nula. Veja abaixo no trecho: In most cases, exposure results in mild symptoms with no harmful effects. In severe cases, which are rare, excessive salivation and emphysematous lungs may result in suffocation, leading to death. Traduzindo:

	Na maioria dos casos, a exposição resulta em sintomas leves, sem efeitos nocivos. Em casos graves, que são raros, salivação excessiva e pulmões enfisematosos podem resultar em asfixia , levando à morte. Fonte: https://www.sciencedirect.com/topics/agricultural-and-biological-sciences/slaframine Considerar talvez anular a questão, pois isso leva a pensar em outras doenças, e não a Toxicose por Slaframina.
ANÁLISE	De acordo com a fonte referencial determinada no edital e no enunciado a resposta dada pelo gabarito está correta. **TOXICOSE POR ESLAFRAMINA** (Fator sialorréico) É uma doença não infecciosa que afeta cavalos e bovinos. Os cavalos são particularmente suscetíveis. A causa é a ingestão de forragens, particularmente trevos infectados com o fungo *Rhizoctonia leguminicola*, que produz um alcalóide tóxico, a eslaframina. Os sinais clínicos podem estar limitados à salivação profusa embora possam estar presentes lacrimejamento aumentado, defecação e micção freqüentes. Não foram descritas lesões e a mortalidade é nula. O diagnóstico diferencial inclui língua azul, estomatite vesicular, exantema vesicular e febre aftosa. A toxicose por eslaframina não causa lesões na boca úbere, tetas ou laminite. A remoção das forragens infectadas produz uma recuperação rápida.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

VICE-DIRETOR DE ESCOLA	
30 - A GESTÃO DEMOCRÁTICA na escola e nos sistemas de ensino torna-se um processo de construção da cidadania emancipada. Para tanto, são elementos indispensáveis a uma gestão democrática, EXCETO: **(Gestão democrática nos sistemas e nas escolas, UnB, 2007, pág. 35):** **(A)** Planejamento **(B)** Pluralismo **(C)** Participação **(D)** Transparência	
INSCRIÇÃO	200803782
RECORRENTE	KARINA DE ROSSI LEOCADIO PEREIRA
SOLICITAÇÃO	Recurso – Questão 30 Prezados, Venho por meio deste solicitar a revisão e alteração do gabarito da questão 30, que trata dos elementos indispensáveis à gestão democrática na escola. De acordo com a obra "Gestão democrática nos sistemas e nas escolas" (UnB, 2007, pág. 35), os princípios fundamentais da gestão democrática incluem: - Planejamento: essencial para estruturar e organizar a administração escolar. - Participação: envolve a comunidade escolar na tomada de decisões. - Transparência: assegura um processo aberto e acessível a todos. Entretanto, o pluralismo não é um princípio essencial da gestão democrática no contexto administrativo da escola. Embora seja um valor desejável na educação, ele está mais associado à diversidade de ideias e concepções filosóficas do que ao modelo de gestão democrática propriamente dito. O gabarito oficial indicou uma alternativa incorreta como resposta, e a alternativa correta deveria ser (B) Pluralismo, conforme fundamentado na obra citada na questão. Dessa forma, solicito a correção do gabarito e alteração para a alternativa (B), a fim de garantir a precisão da avaliação. Atenciosamente,

	Karina de Rossi Leocadio Pereira
ANÁLISE	De acordo com a fonte referencial "são quatro os elementos indispensáveis a uma gestão democrática: participação, pluralismo, autonomia e transparência". Assim a resposta dada pelo gabarito está correta.
DELIBERAÇÃO	**INDEFERIDO.**

Banca Examinadora:

Julio Silva **(Diretor)**	**Natália Constantino da Fonseca** **(Advogada - OAB/SP 407.650)**	**Marizete da Costa** **(Coordenadora)**